

Projeto Apoiado

"LIGA DA FLORESTA: FORTALECIMENTO DA REDE DE GESTÃO INTEGRADA DE ÁREAS PROTEGIDAS DO SUL DO AMAZONAS"

Parceiros Locais



Realização



Parceiros Financiadores



Apoio



PGTA TENHARIM MARMELÓS



PGTA TENHARIM MARMELÓS

2024

FICHA TÉCNICA

Elaboração:

Agentes Ambientais Indígenas da Terra Indígena Tenharin Marmelos;
Associação do Povo Indígena Tenharim Morõgitá (APITEM).

Assessoria para elaboração do PGTA Marmelos:

Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)

Equipe:

Derick Farias
Eduardo Passaro Jr.
Ennio Salvador
Marina Villarinho
Rachel R. Lange (consultora)

Organizadores:

Marina Villarinho e Eduardo Passaro Jr.

Mapas:

Eduardo Pássaro Jr.

Ilustrações:

Agentes Ambientais Indígenas e comunidades
da Terra Indígena Tenharin Marmelos

Fotos:

Acervo IEB;
Acervo APITEM.

Revisão:

Amiru, Marina Villarinho e Ney Maciel

Projeto gráfico e editoração:

Amiru

PGTA TENHARIM MARMELÓS





SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	9
APRESENTAÇÃO	13
O POVO TENHARIN	17
LINHA DO TEMPO	25
A TERRA INDÍGENA	28
AS ALDEIAS	32
NOSSA ORGANIZAÇÃO	56
ETAPAS DA CONSTRUÇÃO DO PGTA	58
O PGTA MARMELOS	77
CULTURA	80
PROTEÇÃO E GESTÃO TERRITORIAL	120
ATIVIDADES PRODUTIVAS	138
DIREITOS BÁSICOS	156
SIGLAS	183

DEDICATÓRIA

Dedicamos esse trabalho às grandes Lideranças Tenharin que lutaram pela conquista e demarcação da Terra Indígena Tenharim Marmelos (Gleba A e Gleba B).

Alexandre Tenharin (Kwahã)
Manoel João Tenharin (Jiré)
Luiz (Kwatija Tenharin Katu)
Léo Tenharin (Kiki)
Ivan Tenharin
Alfredo Tenharin
Albertino Tenharin
João Sena Tenharin
João Bosco Tenharin (Mbaraworí)
Domingos (Kwará)
Aurélio Tenharin
Agostinho Tenharin
Antônio Tenharin (Boavipai)
Irineu Tenharin
Manoel Duca Tenharin
Moises Tenharin

Também dedicamos aos Anciãos pelas suas trajetórias de vida e seus legados que são repassados entre as gerações.

Francisco Tenharin (Aruká)
Antônio Tenharin (Mboavypa'í)
Jorge Tenharin (Epiã'ga)
Maria Tenharin (Kururu'í)
Joana Tenharin (Tu'ã)
Iretá Tenharin
Nelson Tenharin (Nhupã'ndi)
Pedro Geocondo Tenharin
Dorian Tenharin (Mandiogí)
Macedo Tenharin (Tay'ri)
Francisco Tenharin (Ataíde Bacuri)
Pedro Peruano Tenharin (Ywapype'í)
Ipotá Tenharin
Mocinha Tenharin (Ipewa)
Lizete Tenharin
Margarida Tenharin (Pytxama)
Telma Tenharin
Regina Tenharin (Kuriwa)
Conceição Tenharin (Pororogui)
Ana Tenharin (Nhambu)
Jandira Tenharin (Mbira)
Raimunda Tenharin

Gilena Tenharin (Nhãiti'gã)
Rosilda Tenharin (Awatiupiri)
Teresa Tenharin (Mu'ndi)
José Tenharin (Mburu)
Aldenora Tenharin (kurerevi'ra)
Ednelza Tenharin (Pirera)
Iracema Tenharin (Kunhave)
Elizabeth Tenharin (Pytägi)
Nazaré Tenharin (Mundu'i)
Ricardo Tenharin
Aldenei Tenharin
Joaquim Tenharin (Mandarijuwa)
Aguiu Tenharin
Vidal Tenharin
Fatima Tenharin
Terezinha Tenharin
Valneide Tenharin
Raimundinha Tenharin
Izaque Tenharin
Teresa Tenharin
Marinês Tenharin
Lourdes Tenharin
Agina Tenharin



APRESENTAÇÃO

A Associação do Povo Indígena Tenharin Morõgitá – APITEM foi criada no ano de 1996 para atuar na defesa dos nossos direitos e, principalmente, para lutar pela demarcação do nosso Território, sempre defendendo o bem viver do povo Tenharin e a manutenção dos recursos naturais.

No início tivemos apoio do povo Suruí e, desde a sua criação, a APITEM vem se fortalecendo politicamente. Elabora estratégias para incidir nas instituições governamentais Federal, Estadual e Municipal, sempre defendendo o interesse do coletivo, o acesso às políticas públicas, a desintrusão da gleba B e a manutenção da floresta em pé.

A APITEM contribuiu com a demarcação dos Territórios Jiahui, Parintintin e do Tenharim do Igarapé Preto.

Com a construção do nosso PGTA aliado ao Protocolo de Consulta, pretendemos defender os interesses do povo Tenharin. Contamos com apoio do MPF do Amazonas e de Rondônia e da Procuradoria Geral da República nas ações judiciais contra a abertura da Transamazônica e no processo de licenciamento da UHE Tabajara. Atuamos na desintrusão da gleba B para garantir os direitos que nos resguardam, inseridos nos artigos 231 e 232 da Constituição de 1988.



DAIANE TENHARIN
COORDENADORA



AURICELIA TENHARIN
VICE COORDENADORA



IVANISE TENHARIN
TESOUREIRA



CLEIDE TENHARIN
VICE TESOUREIRA



IVANEIDE TENHARIN
SECRETÁRIA



JOSÉ ÍTALO TENHARIN
VICE SECRETÁRIO



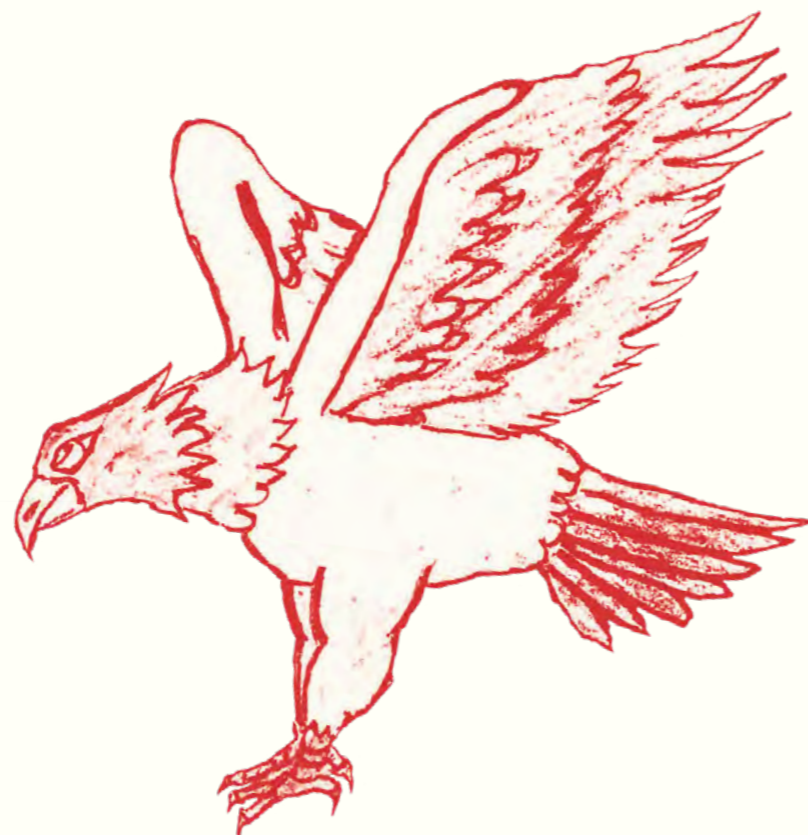
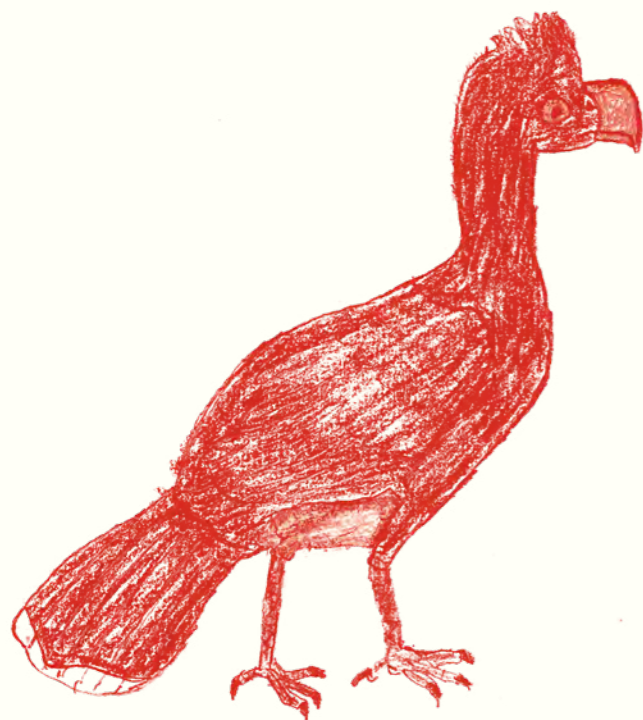
Desde a sua criação, a APITEM busca apoio e parcerias com as instituições da sociedade civil como CIMI, OPAN, IEB, WWF, FUNDO CASA e outras ONGs. Nossos objetivos são: fortalecimento institucional, Proteção e Gestão Territorial, incentivo para atividades produtivas sustentáveis para consumo e geração de renda e programas de formação continuada. Atualmente, as formações estão direcionadas aos Agentes Ambientais Indígenas, Pesquisadores do Protocolo de Consulta, Defensores de Direitos, Agentes em SIG, mulheres com foco nas mudanças climáticas, Comunicadores Indígenas e ainda à formação de novas lideranças para atuar no nosso Território.

Nos últimos anos a APITEM envolveu mulheres e jovens nas ações de gestão territorial e ambiental e nas mobilizações do Movimento Indígena local, regional e nacional.

Para nós, o PGTA fortalece nossos acordos internos, valoriza nossa cultura Kagwahiwa, contribui na qualidade de vida do povo Tenharin e melhora a gestão dos recursos naturais. Com a construção participativa dessa ferramenta de gestão foi possível retratar como nós, o povo Tenharin da TI Tenharim Marmelos, nos organizamos e como queremos viver com autonomia, protagonismo e bem-estar dentro do nosso Território.



O POVO TENHARIN



Nós moramos no sul do Estado do Amazonas, na região do curso médio do rio Madeira, e somos conhecidos como Tenharin. Nós somos os Tenharin do rio Marmelos e vivemos perto dos nossos Parentes: os Tenharin do Igarapé Preto e os Tenharin do rio Sepoti.

Pertencemos a um conjunto de pelo menos sete povos que se identificam como Kagwahiva, junto aos nossos vizinhos, os Parintintin e os Jiahui. E também, um pouco mais distantes, entre Rondônia, Sul do Amazonas e noroeste do Mato Grosso, encontram-se os Uru-eu-wau-wau, os Amondawa, os Karipuna, os Juma e alguns Parentes que recusam contato com a sociedade nacional.

Todos nós falamos línguas parecidas com as da família Tupi-Guarani. Nos organizamos por um sistema de metades cerimoniais e matrimoniais, com nomes de aves, KwanduTarawé (Gavião) e Mytun Nãngwera (Mutum), que são os nomes dos nossos dois clãs. Herdamos o clã dos nossos pais e os casamentos, preferencialmente, devem acontecer entre Gavião e o Mutum.

Mas isso não é tudo! Para cada um dos clãs há proibições alimentares, condutas, pinturas e vestimentas específicas. Classificamos cores, animais e plantas, muitas vezes, pelos nossos clãs, que também determinam a realização de nossos rituais. Nós valorizamos muito nossos rituais e cerimônias e por isso escolhemos tratar deles com mais detalhe quando falamos sobre a nossa cultura.

Conforme contam os mais velhos, os antigos andavam muito, para além dos limites atuais da Terra Indígena.

Os primeiros contatos com os não Indígenas se deram com comerciantes, seringueiros ou regatões, antes da metade do século passado. Com eles, trocávamos bens manufaturados, como espingardas, panelas, miçangas e terçados ou alimentos processados, como café e açúcar por produtos da floresta, como copaíba, seringa, castanha, cumaru, patauá, sorva e peles dos mais diversos animais.

Na altura da Cachoeira do Paricá, no Rio Marmelos, acima de onde está situada a aldeia Marmelos, foi instalado um grande entreposto comercial. Nessa época nossas muitas aldeias ficavam distantes desse comércio e a relação com os comerciantes era amistosa, apesar do aparecimento de algumas doenças trazidas por eles.

Mas foi com a chegada da Transamazônica, a rodovia BR 230, que a nossa vida mudou. A construção da rodovia foi iniciada em 1970 e trouxe cerca de três mil e quinhentos homens, o Exército e muitas máquinas. Foi a primeira vez que ouvimos barulhos de caminhões e tratores e vimos a floresta tombar para abrir a Pepuku'hua, "caminho comprido" na nossa língua, como chamamos a BR 230.

Kwahã e Kwatidjakatu, nossas maiores lideranças daquela época, fizeram contato com os funcionários da empresa Paranapanema, que, além de construir a rodovia, foi para a região do Igarapé Preto em busca de extração de cassiterita. Nos anos seguintes, a empresa instalou uma enorme estrutura na região com mais de 340 funcionários, construiu mais de 38 casas, escolas, farmácia, quadra de esportes, oficinas de manutenção, sistema de abastecimento de água e a rodovia do Estanho.

Eles destruíram muitos igarapés e envenenaram a floresta com a mineração. Trouxeram bebida alcoólica e prostituição, impactando a cultura e a língua materna dos nossos Parentes da região que hoje é a Terra Indígena Igarapé Preto.

Foi um período muito difícil. Grande parte das nossas lideranças de hoje eram crianças ou jovens no tempo da construção da Rodovia e, por isso, nos contam sobre suas experiências e memórias de quando o contato derradeiro se deu.

Mal chegou esse povo que veio de longe e já colocou alguns de nós para trabalhar na construção no trecho da margem do rio Marmelos até as proximidades do rio Aripuanã. A FUNAI só chegou depois, em 1974. Mas o pior foi a Karugwara, como chamamos as doenças trazidas pelos funcionários que se espalharam entre nós rapidamente. Catapora, tosse comprida, sarampo, caxumba, gripe, diarreia e malária levaram muitos de nós. O pajé não conseguia curar essas doenças do branco, trazidas junto com a fumaça das máquinas...

Foram tantas perdas que não conseguíamos sepultar todos da maneira correta e os mais antigos contam, com muita tristeza, que a Transamazônica passou por cima de um grande cemitério na aldeia Kampinhu'hu.

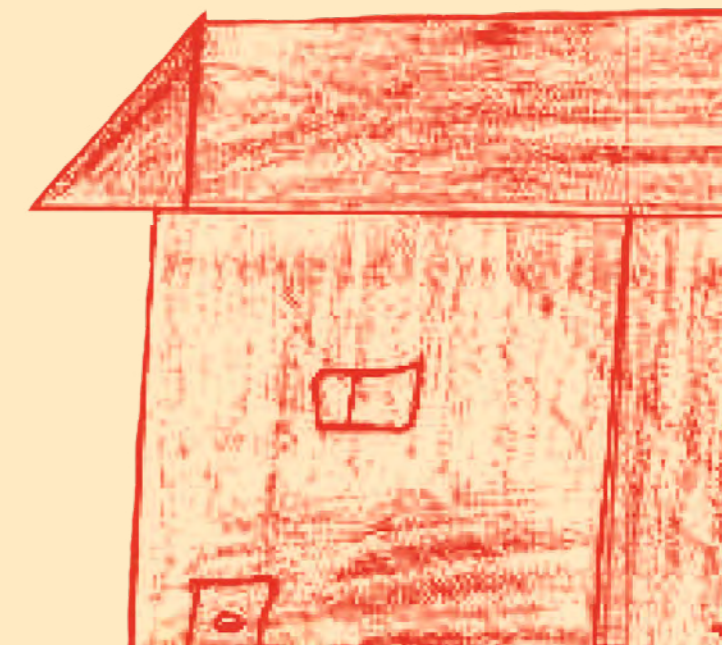
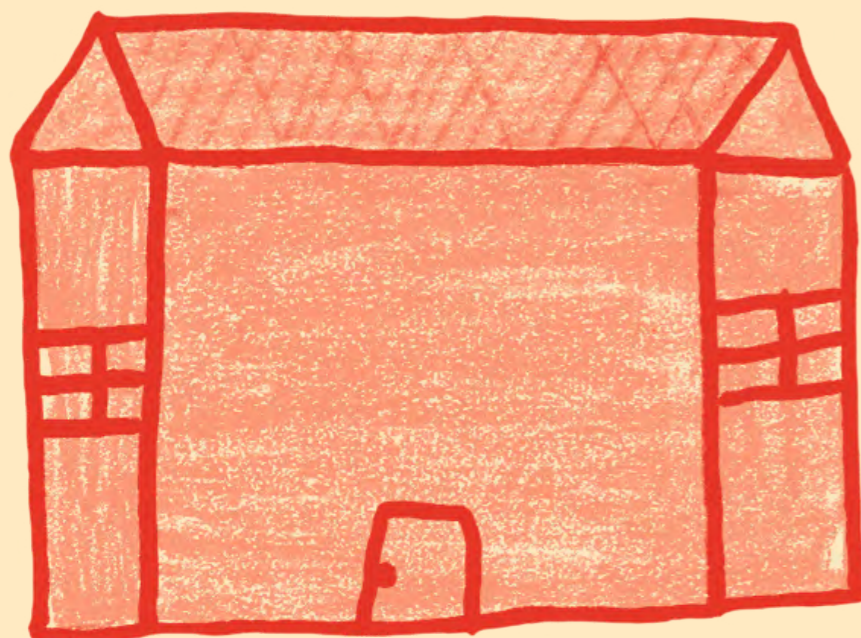
As nossas aldeias, roças e nosso meio de locomoção se transformaram com a chegada da BR 230. Se antigamente o Ytyngy'hu, como chamamos o rio Marmelos e seus afluentes, eram muito navegados e levavam a várias

aldeias, agora, muitas das roças e todas as aldeias se encontram à margem da Transamazônica e da Rodovia do Estanho, como vamos mostrar adiante para vocês.

A Paranapanema foi embora do Igarapé Preto em 1987 do Igarapé Preto, largando os nossos Parentes sem assistência.

No ano seguinte, em 1988, a Constituição foi instituída, e, com isso, os Povos Indígenas deixaram de ser tutelados. Hoje em dia a empresa responde na justiça por um processo indenizatório pelos danos ambientais, sociais e culturais causados aos nossos Parentes, que estão organizados na associação APITIPRE.

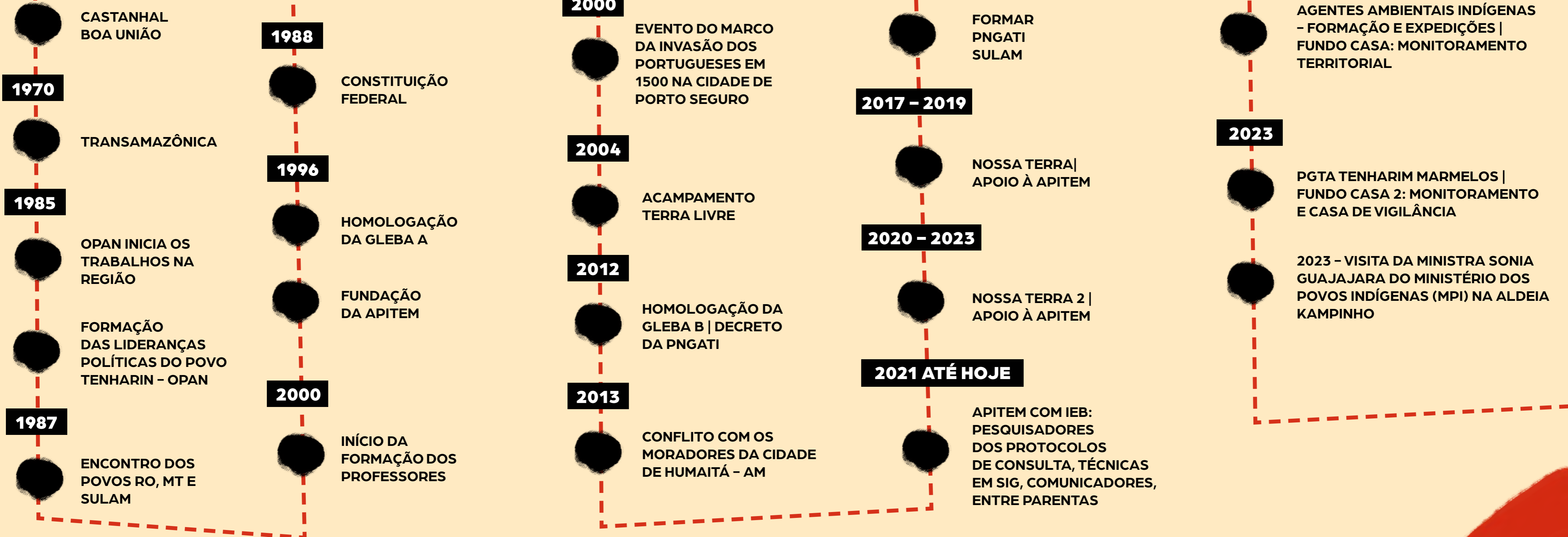
Além da construção das rodovias e a instalação da mineração, o INCRA criou vários assentamentos na tentativa de povoar a região à margem da Transamazônica. Nos anos 90 criaram o Projeto de Assentamento Matupi, que mais tarde viraria um distrito do município de Manicoré, Santo Antônio do Matupi, também conhecido por Km 180. A maioria dos lotes passou para as mãos de fazendeiros e madeireiras e hoje em dia estão instalados grandes pastos com infraestrutura que conta com pistas de pouso e maquinário que viabiliza o desmatamento de uma porção de terras públicas e as invasões na Gleba B da nossa Terra, na TI Sepoti e no PARNA dos Campos Amazônicos. Vamos mostrar a situação gravíssima das invasões por mapas quando falarmos de proteção territorial. Porque a verdade é que não podemos mais andar para aqueles lados sem medo de conflitos com esses invasores.



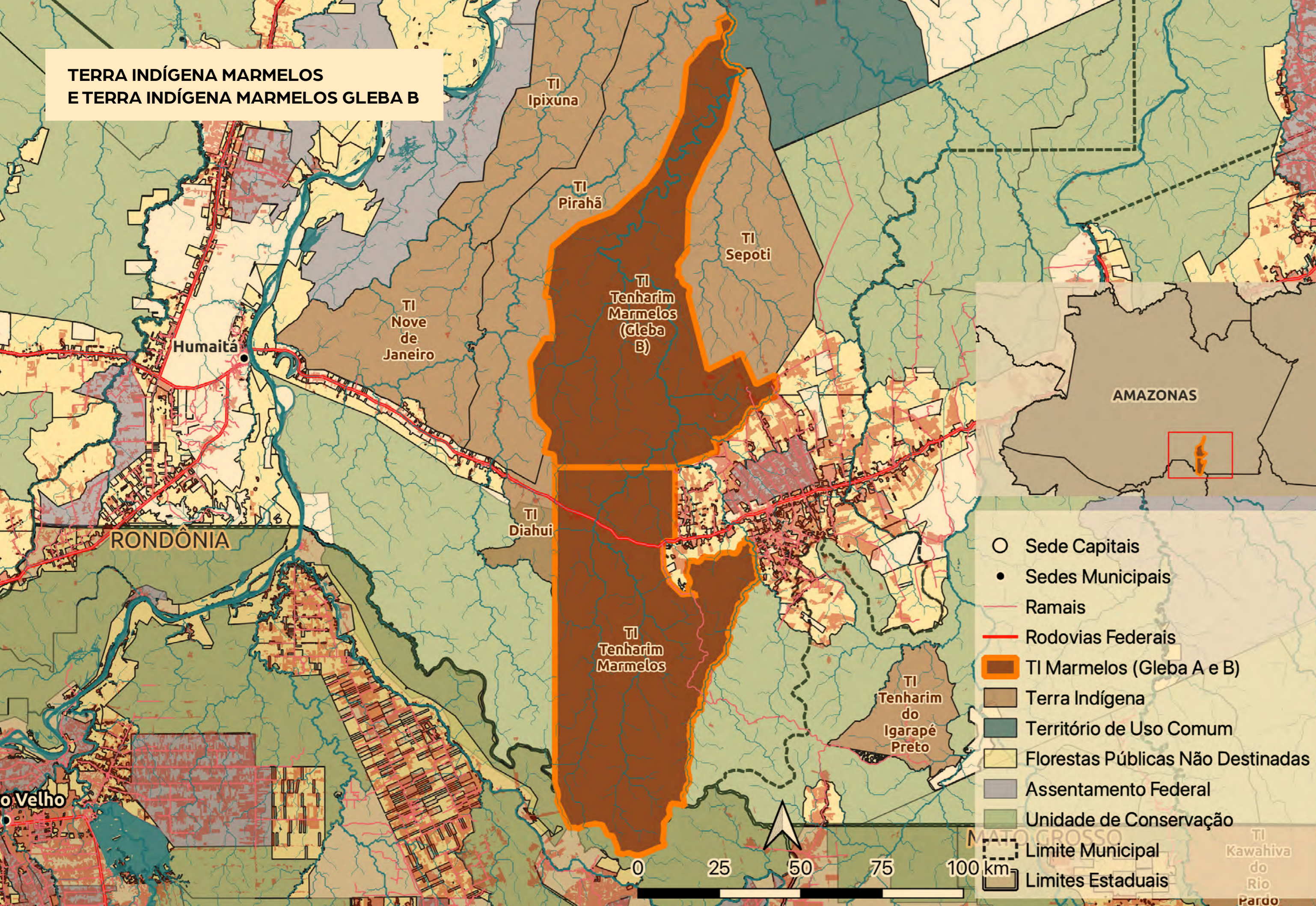
Antes mesmo da situação chegar nesse ponto, ficamos muito preocupados com a destruição da floresta perto da nossa terra e com as ameaças aos nossos direitos. Por isso, criamos a Associação do Povo Indígena Tenharin Morõgitá – APITEM em 1996. Foi o mesmo ano em que finalizamos a demarcação da Gleba A. O objetivo da APITEM é trabalhar coletivamente para garantir o bem viver, com saúde e educação de qualidade e diferenciada, e também favorecer a conservação dos recursos naturais e a manutenção do nosso modo de vida.



LINHA DO TEMPO



TERRA INDÍGENA MARMELOS E TERRA INDÍGENA MARMELOS GLEBA B



A TERRA INDÍGENA

Como mencionamos, a nossa Terra Indígena foi reconhecida como nossa Terra Originária e Tradicional em 1996, com uma área de 500.460,067 hectares, chamada de 'TI Tenharim Marmelos'. Passamos a chamá-la de 'Gleba A' porque, mais tarde, em 2012, conseguimos a demarcação da 'TI Tenharim Marmelos (Gleba B)', com uma área de 473.951 hectares. Ainda assim tivemos perdas territoriais, já que muitas das áreas importantes para nossa cultura, e que utilizamos para nossas atividades do dia a dia, ficaram fora dos limites da demarcação.

A nossa área demarcada está na bacia do Rio Madeira e abrange a calha do Rio Marmelos e seus afluentes. Daí veio o nome da nossa terra. É uma região muito rica, que brincamos falando que é o nosso supermercado, porque é de onde tiramos nossa água, os itens para fazer nossos artesanatos e festas culturais, e, principalmente, de onde tiramos o nosso alimento, através da caça, pesca e coleta.

Estão sobrepostos ao nosso Território os municípios de Humaitá e Manicoré, no sul do estado do Amazonas. Nossos vizinhos são os Parintintin, nas Terras Indígenas Nove de Janeiro e Ipixuna, os Jiahui e os Pirahã. Esse bloco contíguo de áreas protegidas localizadas entre o município

de Humaitá e o distrito de Santo Antônio do Matupi, inclui, também, a Flona de Humaitá, a Terra Indígena Sepoti e, nas proximidades, o PARNA dos Campos Amazônicos e a Terra Indígena Igarapé Preto. Juntas, essas áreas protegidas impedem a destruição da floresta em uma área muito cobiçada, cujo acesso é facilitado pela BR230, conhecida também como Pepuku'hua ou Transamazônica, rodovia que corta nosso Território ao meio e traz ameaças para nossos povos e impactos para a região desde a ditadura militar.

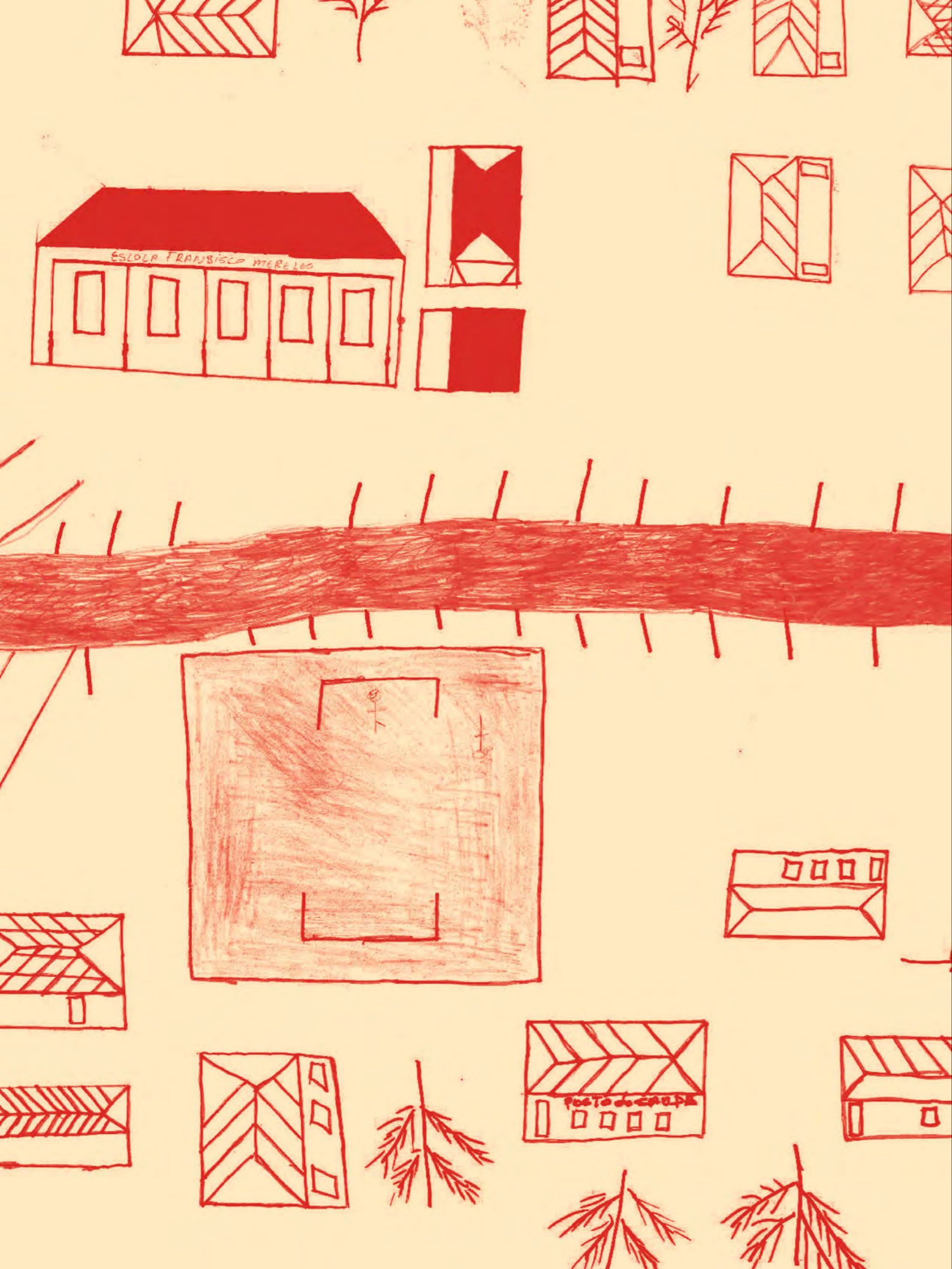
A Transamazônica dá acesso a muita gente que vem para a região para explorar as riquezas naturais do nosso Território Tradicional. Invasores aparecem equipados para retirar madeira valiosa, garimpar os minérios e também grilar pedaços de terra, mesmo dentro dos limites da TI homologada. Sabemos que os invasores foram e são atraídos pela grande porção de áreas ainda sem destinação por parte do poder público próximo às nossas TIs, as Florestas Públicas Não Destinadas (FPND). Os grileiros derrubam a mata bruta, vendem pedaços de terra de maneira ilegal e fazendeiros, com a intenção de conquistar o título da terra, começam a implementar a pecuária no entorno da nossa área demarcada, a partir de onde se forma uma densa rede de ramais que facilitam a invasão de nossas TIs. Hoje em dia existem até pistas de pouso que auxiliam essa logística!

Apesar de estarmos unidos e vigiarmos a nossa terra ao realizar nossas atividades tradicionais no Território (como a coleta de castanha, ou as caçadas

para cerimônias), e de executarmos expedições de monitoramento periódicas, existem porções do Território que estão na mão desses criminosos e por isso, precisamos de ajuda do poder público para proteger nossas florestas e igarapés.

Ao longo da elaboração do PGTA discutimos coletivamente propostas para garantir o usufruto exclusivo do nosso Território e garantir condições para que nossas futuras gerações possam viver aqui com fartura e qualidade de vida. Esperamos que esse documento ajude a cobrar que o governo realize as ações de sua competência e também a conquistar projetos e parceiros para cumprir nossos planos de futuro que apresentaremos adiante.





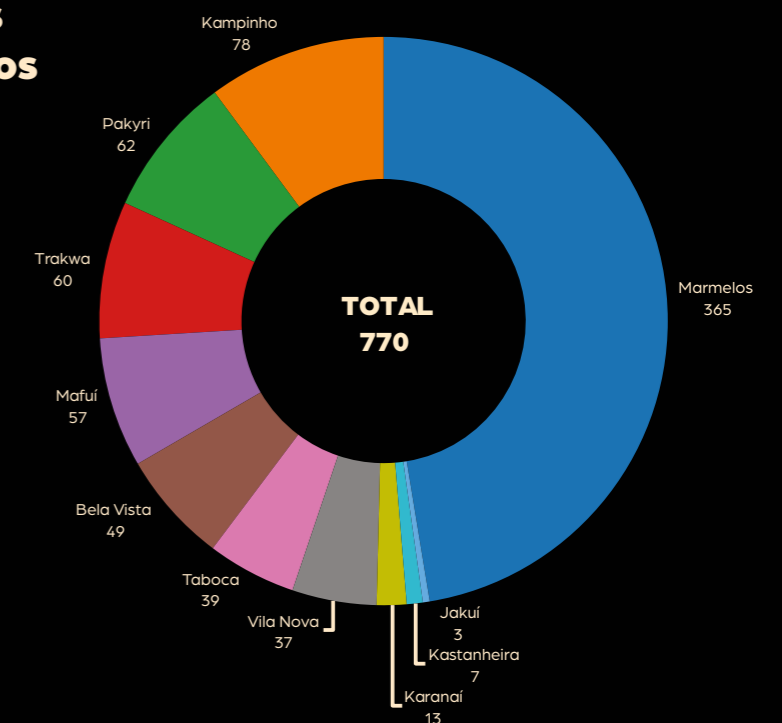
AS ALDEIAS

A Depuku'Hua corta a nossa Gleba em sua porção A e é um dos principais pontos de referência na paisagem atual. É por onde nos locomovemos entre aldeias, em muitas de nossas roças e entre as cidades de Humaitá e o Km 180. Todas as nossas onze aldeias estão nas margens das Rodovias Transamazônica e Rodovia do Estanho, vias que seguem em direção à TI Tenharim do Igarapé Preto. Fazemos assim para impedir que não Indígenas invadam ainda mais a nossa terra.

Segundo informações do levantamento socioeconômico realizado pelos AAI's em 2023, somos 212 famílias Tenharim, somando um total de 770 Indígenas, vivendo nas aldeias que serão apresentadas a seguir:

População das Aldeias da TI Tenharim Marmelos

- Marmelos
- Kampinho
- Pakyri
- Trakwa
- Mafuí
- Bela Vista
- Taboca
- Vila Nova
- Karanai
- Kastanheira
- Jakuí



MARMELOS

A aldeia Marmelos é a maior aldeia Tenharim. Se divide em quatro posições distintas: Marmelos I, Marmelos II, Marmelos III e Marmelos IV. Em Marmelos I e II, temos como lideranças, homens Mutum. Em Marmelos III e IV, homens Tarawé. Isso tudo atravessado pelo rio Ytyngy'hu.

Cacique: João Sena Tenharin (Tupajakui)

Localização: KM 123 da BR 230

Quantidade famílias: 102

Quantidade pessoas: 365

Possui casa cultural

Escola Municipal Indígena: Francisco Meireles | **Escola**

Estadual Indígena: Tupajakui | **Professores Indígenas:**

12 | **Gestora Escola Municipal:** 01 | **Agentes de Serviços**

Gerais: 02 | **Merendeiras:** 03 | **Secretário da Escola**

Municipal: 01 | **Condutores de Veículo Escolar:** 02 |

Polo de Saúde: 01 | **AIS:** 02 | **Saneamento/AISAN:** 03 |

Conselheiro Local de Saúde: 02 | **Microscopista:** 01 |

Brigadistas do Prevfogo: 21 |

AAI: 01 | **Pesquisadores do Protocolo de Consulta:** 04

| **Comunicador Indígena:** 01 | **Entre parentas:** 02 | **NIMC:**

02 | **Pesquisador Indígena de Acervos de Antropologia –**

Museu do Índio – RJ: 01





VILA NOVA

Cacique: Domingos Tenharin (Kwará)

Localização: KM 116 da BR 230

Quantidade famílias: 10

Quantidade de Moradores: 37

Escola Municipal: Desativada

AIS: 01 | **Saneamento/AISAN:** 01 | **Conselheiro Local de Saúde:** 02

Sede da Brigada Prevfogo | Internet | Brigadistas do Prevfogo: 04

AAI: 02

BELA VISTA

Cacique: Manuel Duca Tenharin (Nambi)

Localização: KM 125 da BR 230

Quantidade famílias: 14

Quantidade de moradores: 49

Escola Municipal Indígena: Tupana'ga | **Professor Indígena:** 02 | **Internet**

AIS: 01 | **Saneamento /AISAN:** 01 | **Conselheiro Local de Saúde:** 02





KAMPINHO

Cacique: Gilvan Tenharin

Localização: KM 135 da BR 230

Quantidade famílias: 20

Quantidade de moradores: 78

Possui casa cultural | Internet e orelhão

Escola Municipal Indígena: Ariovi | **Escola Estadual**

Indígena: Kwahã | **Professor Indígena:** 08 | **Polo de**

Educação Indígena do Município de Manicoré: 01

Posto de saúde: Contrapartida da Comunidade | **AIS:** 01 |

Saneamento /AISAN: 01 | **Conselheiro Local de Saúde:** 02

Brigadistas do Prevfogo: 01

AAI: 01 | **Internet:** APITEM | **Técnico em SIG:** 01 | **NIMC** 01

MAFUÍ

Cacique: João Bosco Tenharin (Mbarawori)

Localização: KM 145 BR 230

Quantidade famílias: 17

Quantidade de moradores: 57

Possui Casarão Cultural

Escola Municipal Indígena: Tikawatija | **Professor Indígena:** 02 | **Gestor Escolar:** 01 | **Serviços Gerais:** 02 | **Merendeira:** 01 | **Pedagogo:** 01 | **Internet e orelhão**

Posto de Saúde: Contrapartida da Comunidade | **AIS:** 01 | **Saneamento /AISAN:** 01 | **Conselheiro Local de Saúde:** 01 | **Microscopista:** 01 | **Lavanderia SESAI:** 04

AAI: 01 | **Pesquisadores do Protocolo de Consulta:** 01 | **Comunicador Indígena:** 01 | **Pesquisador Indígena de Acervos de Antropologia – Museu do Índio – RJ:** 01

Igreja Evangélica: 01





KARANAÍ

Cacique: Izaque Tenharin

Localização: KM 15 da Rodovia do Estanho

Quantidade famílias: 04

Quantidade de Moradores: 13

Escola Municipal Indígena: Jakui | **Professor Indígena:** 01 |
Orelhão

Posto de saúde: Contrapartida da Comunidade | **AIS:** 01 |
Conselheiro Local de Saúde: 02

AAI: 01 | **Técnico em SIG:** 01

TABOCA

Cacique: Domiceno Tenharin (Erohopyra)

Localização: KM 138 da BR 230

Quantidade famílias: 12

Quantidade de moradores: 39

Escola Municipal Indígena: Mandarijuva | **Professor Indígena:** 01

AIS: 01 | **Saneamento /AISAN:** 01 | **Conselheiro Local de Saúde:** 02

AAI: 01

Brigadistas do Prevfogo: 01





TRAKWÁ

Cacique: José Milton Tenharin

Localização: KM 132 da BR 230

Quantidade famílias: 11

Quantidade de moradores: 60

Escola Municipal Indígena: Mandara | **Professor Indígena:** 04 | internet

Posto de saúde: Contrapartida da Comunidade | **AIS:** 01 | **Saneamento /AISAN:** 01 | **Conselheiro Local de Saúde:** 01

AAI: 01 | **Entre Parentas:** 02

JAKUÍ

Cacique: João Tenharin

Localização: KM 10 Rodovia do Estanho

Quantidade famílias: 01

Quantidade de Moradores: 03





KASTANHEIRA

Cacique: Irineu Tenharin (Wapitujuvi)

Localização: KM 151 BR 230

Quantidade famílias: 03

Quantidade de Moradores: 07

Conselheiro Local de Saúde: 01

PAKYRI

Cacique: Lindomar

Localização: KM 03 Rodovia do Estanho

Quantidade famílias: 18

Quantidade de Moradores: 62

Possui casa cultural

Escola Municipal Indígena: Pedro Giocondo | **Professor**

Indígena: 01 | **Serviços Gerais:** 01 | **Merendeira:** 01 |

Internet e Orelhão

Posto de Saúde: Contrapartida da comunidade | **AIS:** 01 |

Saneamento /AISAN: 01 | **Conselheiro Local de Saúde:** 02

Brigadistas do Prevfogo: 05

AAI: 01 | **NIMC:** 01





NOSSA ORGANIZAÇÃO

Conforme descrevemos no nosso Protocolo de Consulta, o modo que organizamos para o planejamento e tomadas de decisão referente às questões que envolvem o Território e as aldeias, é por meio de Morõgitá – “reunião” na nossa língua – para garantir o bem-estar do nosso povo.

Por meio das reuniões, a gente luta pela garantia dos direitos para a atual e para as futuras gerações. Essas reuniões são organizadas com seguintes representações coletivas:

- Assembleia Geral – povo todo;
- Conselho dos caciques de cada aldeias formado pelos 11 caciques e lideranças com mais experiência, de acordo com as tradições do povo Tenharin;
- Coordenação executiva APITEM.



Walter Tenharin
Aldeia Trakwa



Rosinéia Uru-Eu-Wau-Wau
Aldeia Taboca



Romerito Tenharin
Aldeia Mafuí



Irlando Tenharin
Aldeia Marmelos



Ivanise Tenharin
Aldeia Karanai



Sávio Tenharin
Aldeia Kampinho



Charles Tenharin
Aldeia Castanheira



Adriane Tenharin
Aldeia Vila Nova



Deusdismar Tenharin
Aldeia Pakyri



Sabrina Parintintin
Aldeia Vila Nova

ETAPAS DA CONSTRUÇÃO DO PGTA:

Este Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Tenharim Marmelos foi resultado de uma parceria entre a APITEM e o IEB no âmbito do Projeto Liga da Floresta - Fortalecimento da Rede de Gestão Integrada de Áreas Protegidas do Sul do Amazonas. O objetivo geral desta iniciativa foi o de fortalecer a Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas no Sul do Estado do Amazonas.

Nós realizamos diversas atividades que permitiram a elaboração deste PGTA entre 2022 e 2023. Recebemos a formação para Agentes Ambientais Indígenas, realizamos inúmeras conversas em reuniões e oficinas de trabalho, coletamos dados e informações do nosso povo em todas as nossas aldeias e fizemos expedições pelo nosso Território. Sempre seguimos as diretrizes da Fundação Nacional dos Povos Indígenas e as orientações de nossas lideranças.



FORMAÇÃO AAI – MÓDULO 1

Data: 31/05 a 03/06/2022 e 28/06 a 01/07/2022

Local: Plataforma FORMAR

Participantes: IEB, OI's APITEM, APITIPRE, OPIAJ e OPIAJBAM e 40 AAI's

Essa formação conduzida pelo IEB contou com 10 AAI das TI's Marmelos, Igarapé Preto, Camicuã e Peneri/Tacaquiri. O primeiro módulo foi realizado em formato EaD na Plataforma Formar do IEB. Nos reunimos na aldeia Pakiry para participar dos momentos síncronos.

PLANEJAMENTO DA 'FORMAÇÃO AAI – MÓDULO 1' E ENTREGA DE EQUIPAMENTOS

Data: 04 de maio de 2022

Local: Aldeia Marmelos

Participantes: IEB, APITEM e AAI's

Foi nessa entrada que nossas lideranças indicaram quem seriam os Agentes Ambientais Indígenas. Cada AAI recebeu um bom celular para assistir aulas online, participar de reuniões, registrar as etapas em foto, vídeo ou áudio e coletar dados nas aldeias.





VIGILÂNCIA TERRITORIAL

Data: 26/08 a 03/09/2023

Local: Rio Marmelos (limite da Gleba B)

Participantes: AAI's, lideranças e membros da comunidade

Nessa vigilância, participaram os AAI e lideranças Tenharin para percorrer o Território Marmelos, coletando as coordenadas das pontas dos castanhais e locais de caça e pesca da região do rio Marmelos. Esses momentos são ricos, pois permitem que os jovens conheçam o Território e possibilitam a troca de conhecimento entre as gerações.

PLANEJAMENTO VIGILÂNCIAS E OFICINA GAIA E ODK

Data: 18 e 19/07/2022

Local: Aldeia Trakwa

Participantes: IEB e AAI's

Com apoio do IEB, realizamos uma reunião de resgate do manuseio e das funções dos aplicativos de celulares GAIA, GPS e ODK. Esses aplicativos são ferramentas que utilizamos nos registros de nossas vigilâncias e pesquisas de campo com os questionários socioeconômicos e culturais do povo Tenharin.





PGTA – REUNIÃO DE ABERTURA

Data: 8 e 9 de março de 2023

Local: Aldeia Taboca, TI Tenharim Marmelos

Participantes: IEB, FUNAI, AAI's, APITEM e Comunidade das 11 aldeias da TI Tenharim Marmelos

Nesse encontro reunimos todas as lideranças, caciques, mulheres, jovens e a APITEM para que o IEB apresentasse a proposta e a metodologia da elaboração do PGTA da TI Tenharim Marmelos. Esse processo de diálogo dentro do Território é parte essencial da sistematização de como queremos viver e realizar os cuidados com nosso Território e com os recursos naturais.

FORMAÇÃO AAI – MÓDULO 2 (PRESENCIAL)

Data: 28/11 a 02/12/2022

Local: Kanindé, Porto Velho – RO

Participantes: IEB e AAI's

O segundo módulo aconteceu presencialmente, no Centro de Formação da Kanindé, em Porto Velho. Junto aos nossos colegas, aprofundamos conhecimentos sobre proteção e gestão territorial a partir de experiências práticas do CIR/RR, da Jupauí/RO, da FOIRN/AM e do monitoramento dos povos isolados.





PGTA – RODADA NAS ALDEIAS DA TI TENHARIM MARMELOS

Data: 11 a 14 de março de 2023

Local: TI Tenharim Marmelos

Participantes: IEB, AAI e Comunidades das 11 aldeias da TI

Nesta etapa os AAI aplicaram formulários que criamos com o apoio do IEB no aplicativo ODK. A pesquisa foi direcionada a recolher informações sobre as famílias de todas as aldeias.

PGTA – PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES DOS AAI'S

Data: 10 de março de 2023

Local: Aldeia Taboca, TI Tenharim Marmelos

Participantes: IEB e AAI's

Os AAI's e a APITEM se reuniram com o IEB para analisar a estrutura dos formulários usados nas coletas de informações sobre as famílias e as aldeias. Além de analisar, os AAI tiveram a oportunidade de treinar a aplicação dos formulários no aplicativo ODK.





PGTA – VIGILÂNCIA TERRITORIAL

Data: 10 a 19 de abril de 2023 (equipe 1)

Local: rio Marmelos (sentido gleba B) –
TI Tenharim Marmelos

Participantes: AAI e Pesquisadores Indígenas

PGTA – MAPEAMENTO MENTAL DAS ALDEIAS E DESENHOS

Data: 17 a 26 de março de 2023

Local: TI Tenharim Marmelos

Participantes: AAI e Comunidades das 11 aldeias da TI

Os AAI's, alunos, jovens e lideranças realizaram mapas mentais das aldeias sobre os temas de atividade produtiva, cultura, animais e recursos naturais que são importantes para nós, povo Tenharin.





PGTA – PESQUISA M’BOTAWA

Data: 29 a 31 de julho de 2023

Local: Aldeia Pakyri , TI Tenharim Marmelos

Participantes: IEB, AAI e Comunidades das 11 aldeias da TI

A Festa M’botawa reuniu os Tenharim das 11 aldeias e nossos Parentes do Igarapé Preto, e demais povos, para celebrar a cultura Kagwahiva durante 03 dias de muita festa e valorização da cultura e da ancestralidade.

PGTA – VIGILÂNCIA TERRITORIAL

Data: 10 a 19 de Abril de 2023 (equipe 2)

Local: Rio Preto – TI Tenharim Marmelos

Participantes: AAI e Pesquisadores Indígenas

As vigilâncias que realizamos foram focadas em percorrer a região do rio Preto para coletar as coordenadas geográficas dos castanhais, locais de coleta de taboca, de caça e retirada de palha para a Festa M’botawa. A outra equipe desceu o rio Marmelos para finalizar a coleta das coordenadas das áreas de caça e pesca, e das pontas dos castanhais.





PGTA – ENTREVISTA COM ANCIÃOS E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS SOCIOCULTURAIS

Data: 15 e 16 de outubro de 2023

Local: Aldeia Vila Nova – TI Tenharim Marmelos

Participantes: IEB, APITEM, AAI, Pesquisadores Indígenas, Prevfogo e lideranças

Nesses dias realizamos entrevistas com anciãos sobre a cultura Kagwahiva Tenharin, sobre os locais de caça, pesca, retirada de palha e de tabocas para a realização da Festa M'botawa. Assim, complementamos o texto da cultura Tenharin com as informações que estavam faltando. Em seguida, trabalhamos nos mapas da Festa M'botawa com informações sobre os castanhais, locais de caça, pesca, palha e taboca. Após as entrevistas, nós as sistematizamos no texto e fizemos uma pequena validação das informações, com apoio dos Pesquisadores Indígenas do Protocolo de Consulta e da APITEM.

PGTA – M'BOTAWA DA ALDEIA PAKYRI

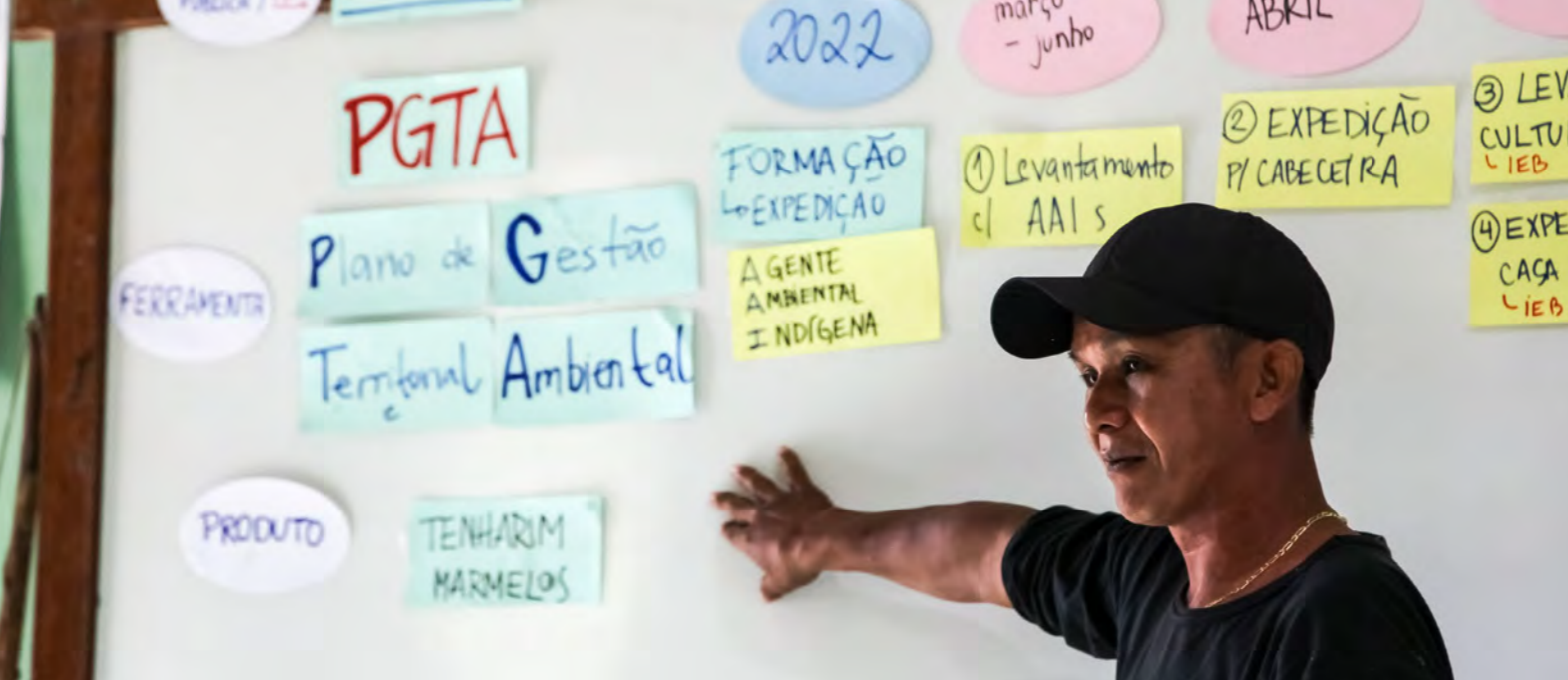
Data: 29 a 31 de julho de 2023

Local: Aldeia Pakyri, TI Tenharim Marmelos

Participantes: IEB, AAI e Comunidades das 11 aldeias da TI

A Festa M'botawa reuniu os Tenharin das 11 aldeias, nossos Parentes do Igarapé Preto e demais povos para celebrar a cultura Kagwahiva durante três dias de muita festa e valorização da cultura e da ancestralidade.





PGTA – REUNIÃO DE PLANEJAMENTO E MOBILIZAÇÃO PARA ‘OFICINA DE TEMAS E ACORDOS’

Data: 23 e 24 de outubro de 2023

Local: TI Tenharim Marmelos

Participantes: IEB, AAI e Comunidades das 11 aldeias da TI

No dia 23 de outubro nos reunimos com os Pesquisadores Indígenas do Protocolo de Consulta e com a APITEM na aldeia Bela Vista para analisar algumas experiências de processo de elaboração de PGTA de Povos Indígenas. E também foi a oportunidade de pactuarmos os macrotemas (Cultura, Proteção e Gestão Territorial, Atividades Produtivas e Direitos Básicos) e os subtemas que iríamos propor para a grande plenária.

No dia seguinte, fomos a cada aldeia convidar as lideranças, caciques, mulheres e jovens para participar da oficina de pactuação dos temas e dos acordos.

PGTA – OFICINA DE PACTUAÇÃO ACORDOS

Data: 25 a 27 de outubro de 2023

Local: Aldeia Bela Vista – TI Tenharim Marmelos

Participantes: IEB, AAI e Comunidades das 11 aldeias da TI

Dividimos uma grande plenária em 4 grandes grupos para trabalhar os temas: Cultura, Proteção e Gestão Territorial, Atividades Produtivas e Direitos Básicos. Refletimos, debatemos e redigimos grande parte dos acordos coletivos que orientam este PGTA.





18. VALIDAÇÃO DO PGTA E ARRANJOS INSTITUCIONAIS

Data: 13, 14 e 15 de dezembro de 2023

Local: Aldeia Bela Vista – TI Tenharim Marmelos

Participantes: AAI e Comunidades das 11 aldeias da TI, APITEM, IEB e órgãos do governo.

Na etapa final foi possível validar o PGTA já em formato de livro, pensar os próximos passos e combinar com a nossa associação e com os órgãos e parceiros, a implementação deste plano que inicia em 2024.

PGTA – REUNIÃO INTERNA DA APITEM SOBRE OS ACORDOS E VALIDAÇÃO DA SISTEMATIZAÇÃO DOS TEMAS E ACORDOS.

Data: 26 e 27 de novembro de 2023

Local: Aldeia Bela Vista – TI Tenharim Marmelos

Participantes: AAI e Comunidades das 11 aldeias da TI e APITEM

Ao realizar a etapa anterior nós percebemos que precisaríamos de uma reunião interna, sem a presença dos parceiros, para alguns acordos que demandavam mais reflexão e debate entre lideranças e as famílias. Aproveitamos para validar algumas sistematizações feitas pelo IEB.

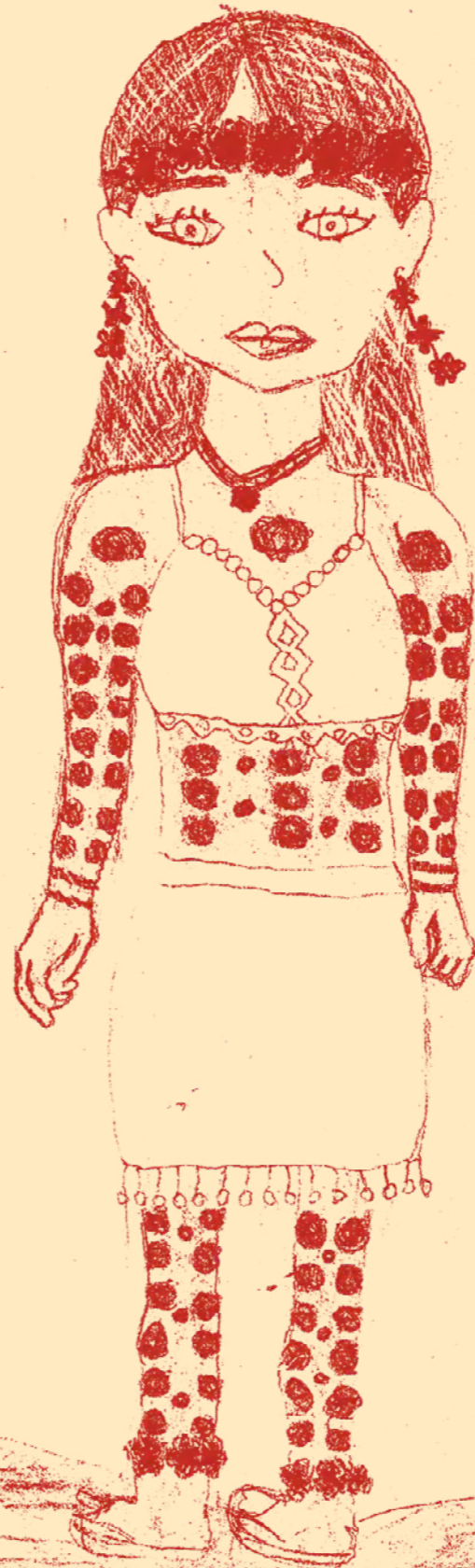


O PGTA MARMELÓS

O nosso PGTA é composto por Programas Temáticos formados a partir das principais demandas das comunidades da TI Tenharim Marmelos e estão organizados em quatro capítulos. São eles: Cultura, Atividades Produtivas, Gestão Territorial e Direitos Básicos.

Nos capítulos a seguir, optamos por apresentar um pouco da nossa cultura, costumes e práticas, destacar os nossos acordos internos e pontuar a necessidade de apoio e parcerias para alcançar nossos projetos, buscando um futuro melhor para o nosso povo.

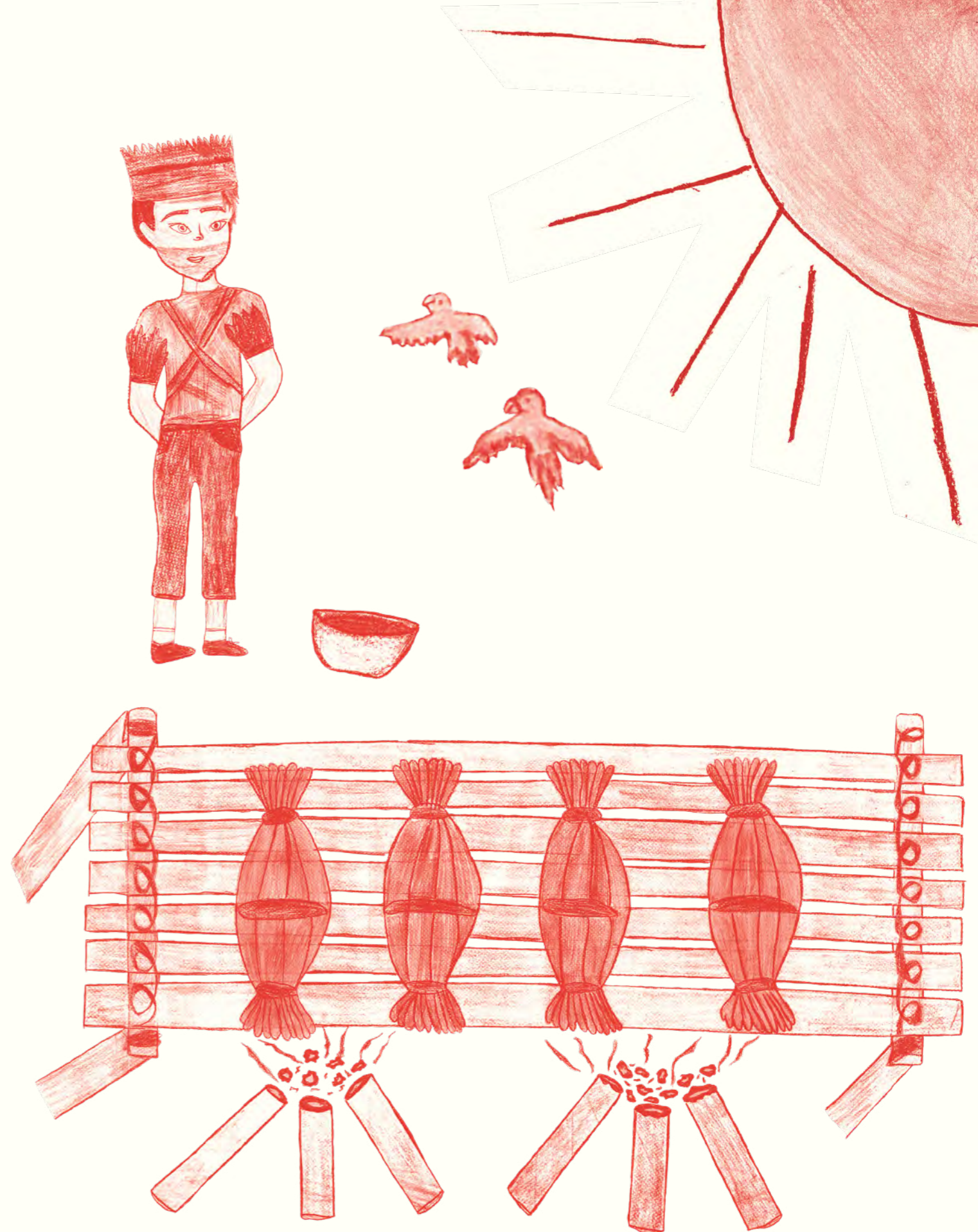
Os três primeiros capítulos estão diretamente relacionados à Gestão Territorial e Ambiental, e portanto, aos Eixos Temáticos da PNGATI. O último, informa sobre os nossos direitos e envolve a participação de múltiplas instituições do Governo Federal, Estadual e Municipal.



M'BOTAWA

O nome da Festa Tradicional Tenharin, M'botawa, é o mesmo nome que damos a uma comida típica: a Pokeka, feita de castanha pilada com sal tradicional que é servida no início da cerimônia para todos os participantes.

Costumamos realizar a Festa Milenar do Povo Tenharin anualmente no mês de julho para fortalecer a cultura Kagwahiwa Tenharin, na qual todos os habitantes das aldeias da TI Tenharim Marmelos e até mesmo de outras Terras Indígenas se mobilizam para contribuir na sua realização. Porque essa festa traz muita alegria e emoção, ao mesmo tempo que envolve muito trabalho coletivo. Na M'botawa são repassados conhecimentos tradicionais e culturais para as novas gerações, já que para acontecer é preciso plantar a roça, retirar palhas para construção do casarão tradicional que vai receber a festa, coletar tabocas para as nossas danças, mobilizar grupos de caça, pesca e coleta de castanha que se dispersam pelos quatro cantos do nosso Território. É preciso preparar a farinha Mandiogu'i que compartilhamos com todos durante o almoço em que servimos o Miná, que também é um prato principal da festa.



Antigamente a M'botawa não era realizado anualmente. Atualmente, todo ano uma pessoa escolhida ou convocada pelo cunhado é responsável por realizar a M'botawa em sua aldeia. O dono da festa deve articular com os demais a realização de todas as tarefas e o mais importante: ele tem que saber cantar!

Durante os três ou quatro dias da festa podemos realizar a cerimônia de luto para agradecer os familiares que tiveram cuidados com os nossos entes queridos e também realizar o nosso casamento tradicional.

Para conhecimento de todos, os Agentes Ambientais Indígenas registraram as etapas fundamentais envolvidas na realização da festa a partir de uma pesquisa com lideranças, anciãs e anciãos. Fizemos isso porque a M'botawa é certamente um momento glorioso para nossa cultura, no qual muitos saberes são atualizados, muitos caminhos frequentados, muitas histórias contadas e/ou recontadas.

Decidimos, então, partilhar os elementos principais da festa no nosso PGTA, para que os parceiros não Indígenas possam entender os apoios que precisamos para realizar a festa e a dispersão territorial necessária para a manutenção da nossa cultura. E, claro, para que se sintam convidados a experimentar a M'botawa conosco!





ETAPAS DA FESTA M'BOTAWA

ROÇA PARA A PRODUÇÃO DA MANDIOGU'I E M'BOTAWA

Após escolhido o dono da M'botawa do ano, nós iniciamos os preparativos com o planejamento da plantação da roça quase um ano antes da realização da festa. Entre os meses de agosto e setembro do ano anterior, roçamos e derrubamos a capoeira, fazemos a coivara e plantamos a roça para garantir a farinha tradicional, que é um dos pratos principais da festa, a Mandiogu'i.

Quando fazemos a roça em área de mata virgem, iniciamos o processo de derrubada nos meses de março a abril, para dar tempo da matéria orgânica secar. As roças dirigidas para a festa são feitas em todas as aldeias, e nelas, plantamos macaxeira, batata-doce e, cará, milho e banana para apoiar na alimentação dos convidados que participam da M'botawa.

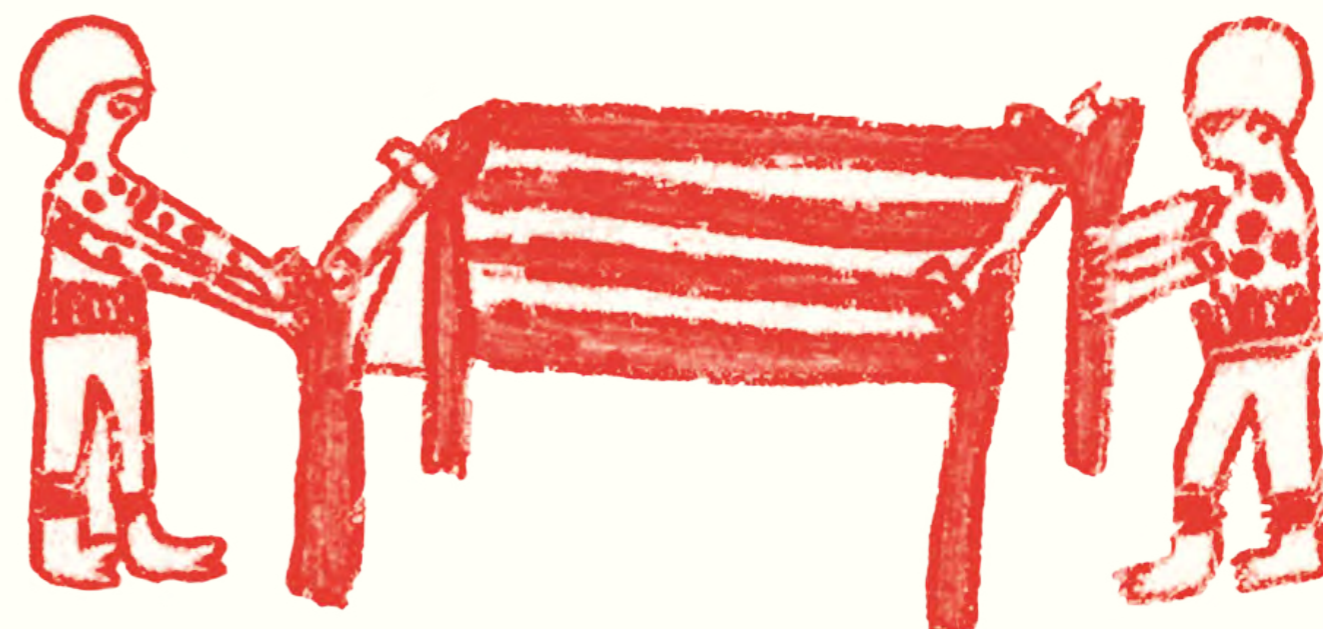
A organização para plantar a roça é uma tarefa coletiva do povo Tenharin, mas precisamos de apoio de transporte terrestre e fluvial para reunir as comunidades e deslocar a produção.

PROCESSO DE PREPARAÇÃO DA FARINHA BRANCA (MANDIAGU'Í)

Preparar essa farinha especial envolve vários protocolos culturais e tarefas que podemos resumir com a colheita da mandioca em mutirão, a construção do M'bakayta (jirau tradicional), o preparo da massa da mandioca no l'ty'amiga'va (prensa), para sua peneira e a torra.

Ao terminar de torrar a mandiogu'í, ela é armazenada em um paneiro (Yry) feito de envira vermelha (Yvireté) e de folha grande (Ka'apukuhu) pelos homens. Uma vez no paneiro tradicional, a Mandiogu'i é entregue oficialmente para o dono da Festa M'botawa, em cerimônia no casarão tradicional com a presença de lideranças e do público em geral e ao som de cânticos tradicionais cantados pelos cantadores.

É necessário que as mesmas pessoas dos dois clãs opostos que iniciaram o processo da produção da mandiogu'í distribuam a farinha para os convidados no final da Festa M'botawa. A distribuição da Mandiogu'i é realizada sempre pelo clã oposto: o clã Mutunagwera a distribui para o clã tarawe e o tawaré a distribui para Mutunagwera.



CASARÃO TRADICIONAL

O Casarão é essencial para a realização da nossa Festa Tradicional M'botawa. Local onde realizamos as cerimônias de luto, de casamento, ritual da Festa da Menina Moça e recepcionamos os convidados do povo Kagwahiwa, de outros povos e não Indígenas para manifestação da cultura Tenharin. Também é local para fazermos as reuniões (morögita) e elaborarmos estratégias para garantir os nossos direitos.

Existem três tipos de Casarão Tradicional: Ôgatymahu, Tevitu'arãnuhu, Ôga'pyrygwa'i que são construídos com madeira itaúba e varejão (Yvyratiga), palhas (Pindova) e cipó (Ypó Katî'ga).

A construção do Casarão é organizada pelo cacique e/ou dono da festa, mas o trabalho é realizado de forma coletiva pelas famílias do Território Tenharim Marmelos. Por isso precisamos de apoio de transporte terrestre, combustível, alimentação, ferramentas e caminhão para levar os feixes de palha (Pindova) – que, em geral, passam de mil feixes.

A coleta da Pindova é realizada de forma coletiva. Várias famílias da Terra Indígena Tenharim Marmelos e de outros Territórios contribuem com essa etapa, porque haja palha para cobrir o telhado do casarão tradicional!



PREPARAÇÃO DO JYKYRA (SAL TRADICIONAL)

O Jykyra, como chamamos nosso sal tradicional, é um ingrediente milenar do nosso povo. Temos especialistas Tenharin em seu preparo e nos últimos anos decidimos envolver os estudantes nessa etapa – que está inclusa no nosso calendário diferenciado para a escola Indígena. Dessa forma contribuimos para o repasse de saberes e técnicas tradicionais e milenares.

O Jykyra é feito da polpa do palmito (Aryvapé) retirado de galhos novos de inajá ou babaçu, também conhecidos por “olhos”. Cremamos esses palmitos em ritual, ao som de cânticos tradicionais entoados por algum ancião. Após um ou dois dias o palmito desidratado se converte em cinzas e nosso sal Jykyra está pronto! Algum ancião ainda deve preparar um recipiente que parece um paneirinho de palha (Yruikwari) forrado com a folha grande (Ka’a pukua) para acomodá-lo e entregar ao realizador da M’botawa. O Jykyra é um ingrediente fundamental para temperar o Miná, feito de caldo de carne com leite da castanha. O Jykyra também serve como remédio tradicional para inflamação da garganta.

RETIRADA DE LENHAS PARA O GRANDE MOQUÉM

Por falar em Miná, todo o povo Tenharin se organiza para retirar as lenhas para moquear as caças e peixes que alimentarão os participantes da festa. As principais lenhas que utilizamos são: Mbororei’ywa, Ju’ywa e Ywy’ky’wa.

CAÇA PARA A M’BOTAWA

Dias antes de iniciar a M’botawa se formam grupos de caçadores em todas as aldeias do Território para sair à procura da caça que será consumida durante os dias de festa cultural. Ainda no mato, os caçadores realizam o moquém com a caça abatida e trançam cestos com palha de palmeiras para carregá-la. A caça mais cobiçada é a anta, assim como a queixada, veado, caititu que será servida no durante a festa. No dia anterior ao início da M’botawa esses grupos de caçadores levam o alimento para a aldeia sede da festa, ofertando a caça ao dono da festa. Trata-se de um importante momento de encontro entre os Parentes das diferentes aldeias, recebidos com dança/ritual na chegada de cada grupo, ao som de rojões, das flautas e do cântico de um ancião. Por isso precisamos de apoio de um ônibus para levar as pessoas e cantadores das outras aldeias e caminhonete para levar a caça.

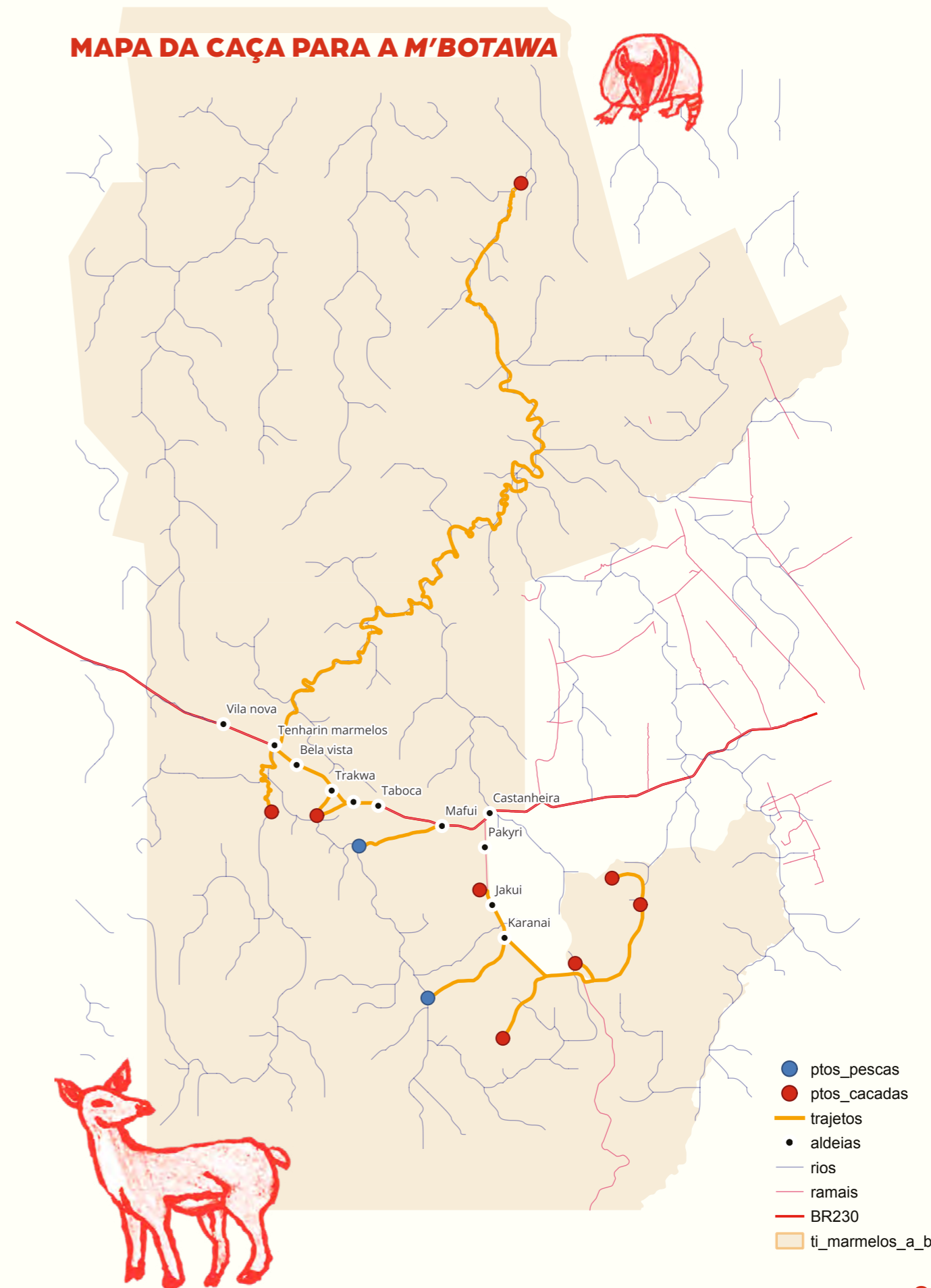


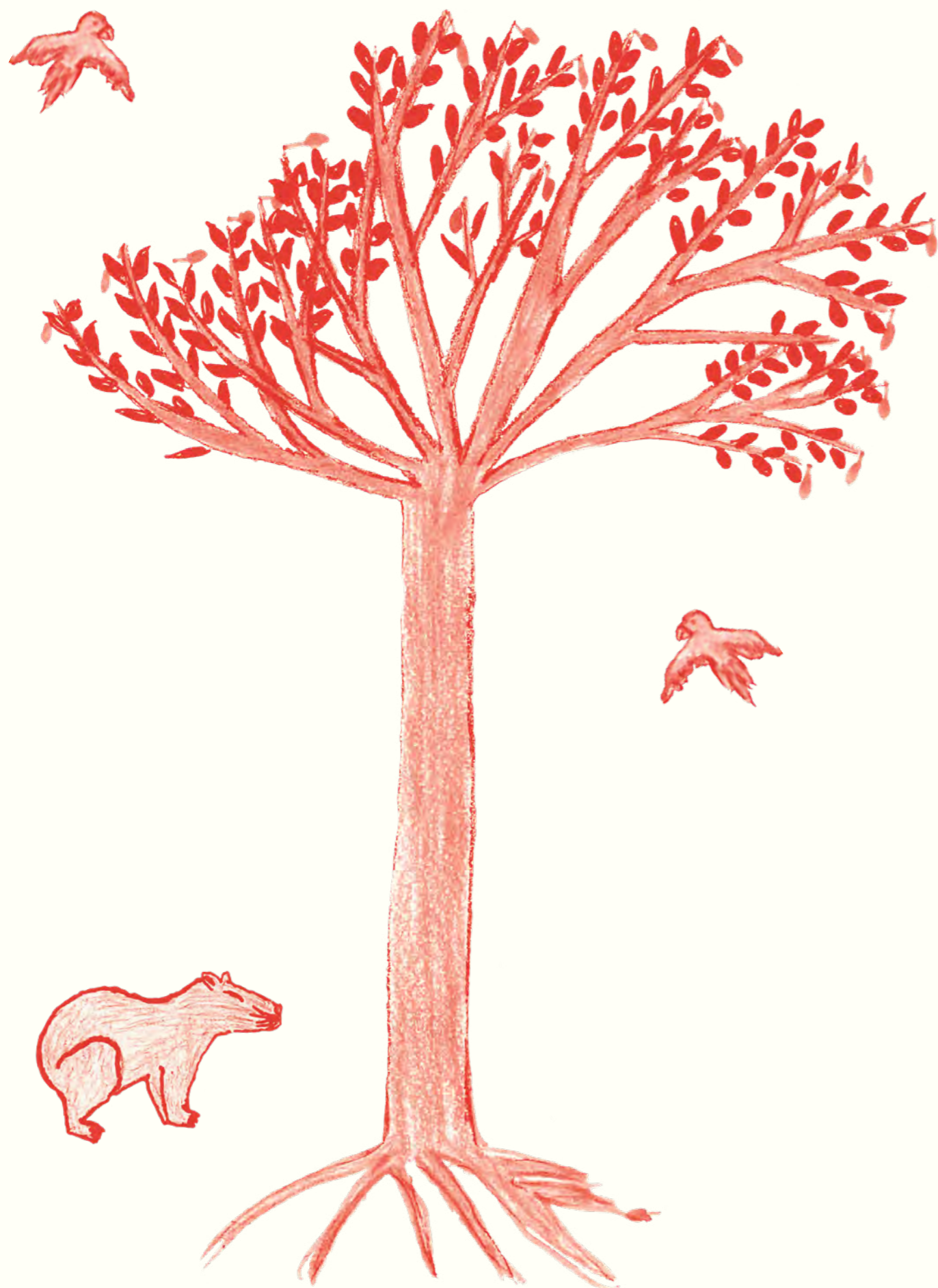
A caça entregue permanece no grande moquém até ser consumida ao longo da festa e ser entregue como presente aos Parentes que vieram participar. Servimos anta pilada em alguns momentos, e deixamos pedaços dela para servir no leite da castanha no almoço da M'botawa. Apreciamos muito esse caldo com os alimentos tradicionais, chamado Miná.

Para nós é importante que a caça seja marcada para identificar quais são os clãs dos caçadores que mataram, se foi Mutunagwera ou Tarawé. Durante a festa só podemos comer a caça abatida por pessoas do clã oposto.

Mas que fique claro que a caça e a pesca é para alimentar os convidados, tanto do povo Tenharin quanto dos outros Povos Indígenas e não Indígenas, durante os três ou quatro dias de festa. E para caçar para tanta gente nós andamos por boa parte do Território! Para conhecimento de todos, fizemos um mapa com as localidades e o nome dos chefes dos grupos de caçada, indicando as áreas que só se pode caçar na M'botawa!

MAPA DA CAÇA PARA A M'BOTAWA





CASTANHA (NHAHÃ)

A castanha é coletada na floresta pelos homens do clã oposto ao do dono da festa, que vão contribuir no preparo dos alimentos tradicionais da M'botawa. As castanhas são retiradas do ouriço e entregues na aldeia sede com Cântico Tradicional. Hoje em dia precisamos de apoio com transporte da castanha e das pessoas responsáveis.

No último dia da M'botawa a castanha começa a ser quebrada bem cedo, por volta das quatro horas da manhã, quando ainda está escuro. Os homens vão descascando e separando a castanha, trabalho acompanhado de horas de conversas, contação de histórias e canto dos anciãos. Conforme o trabalho dos homens de descascar a castanha vai terminando, as mulheres iniciam a tarefa de pilar as castanhas, coar e depois misturar à carne da caça, onde ficarão cozinhando no preparo da comida tradicional da festa, o Miná.



DANÇA

A Dança de Abertura da M'botawa é realizada pelo dono da festa e o restante dos homens, todos soprando as tabocas, ao som da batida dos chocalhos presos aos tornozelos, em um passo e ritmo correto.

Dentro do rito da festa, os mais velhos costumam conduzir o ritmo das tabocas para a dança em meia-lua. Os especialistas podem dançar com uma, duas ou três mulheres – sempre do clã oposto. A irmã da esposa pode dançar junto ao o casal e jovens solteiras são indicadas pelos familiares mais velhos para compor seus pares ou trios. O certo, na nossa cultura, é ter autorização dos pais das moças para poder dançar.

A primeira dança da festa é iniciada com a chegada dos caçadores e com o dono da festa, juntamente com suas esposas, que vão acompanhar o som da taboca e a batida dos chocalhos presos em seus tornozelos, formando o ritmo da dança. Dentro deste ritmo, os anciãos costumam conduzir as tabocas e a dança “erujiuyjiuyra” – meia volta.

A dança erujiuyjiuyra requer muita atenção! Para acompanhar o ritmo erujiuyjiuyra, os iniciantes devem tomar cuidado para não cair e derrubar os outros que estão dançando.

Atualmente percebemos a necessidade de ensaios e treinos da dança da M'botawa para que as meninas possam aprender os passos corretos e os meninos a marcar o chocalho de maneira ritmada.

TABOCA (YRERU) E FLAUTA (IRU'A)

A taboca (yreru) é um instrumento de som que é tradicional na nossa Festa M'botawa. A taboca mede aproximadamente 1,8 metro de comprimento, e contém, em seu interior, uma taboca menor que vibra quando soprada. O instrumento possui um som grave e é soprado pelos homens em coletivo, no semicírculo que compõe as danças. Sem taboca não tem alegria e nem as danças que animam a nossa festa!

A organização de coleta do yreru na mata é realizada pelo clã oposto e o corte da taboca é realizado nas cicatrizes (anéis) de crescimento das tabocas. Após sua retirada, a taboca é colocada dentro da água para a conservação do material e para evitar seu ressecamento. Quando chegamos perto do começo da festa, retiramos as tabocas do igarapé e/ou rio para prepará-las para a festa.

Hoje em dia é recomendado que as tabocas sejam guardadas para os próximos anos, para possibilitar a reprodução da espécie. Alguns alertam para um período de escassez, mas se seguirmos as orientações dos mais velhos nunca vai faltar taboca para tocar!

Se as tabocas com comprimento grande e médio é um motivo de orgulho para os caciques e lideranças durante a M'botawa, temos outra flauta bem menor, a Iru'a, também chamada de "taboquinha". Medindo centímetros, ela é composta por um ou mais tubos que emitem um som

suave. A Iru'a é tocada quando os caçadores chegam com a caça na aldeia sede da festa. Muitas vezes seu sopro antecede um canto de algum ancião, e é de uso mais restrito.

Percebemos a necessidade de encontros antes da festa e das apresentações culturais para afinar as tabocas e ensinar o ritmo correto do sopro para os mais jovens.

CHOCALHO USADO NO TORNOZELO DOS HOMENS

Este instrumento é confeccionado pelas mulheres e é composto de castanha de pequi ou pequiá pequeno e barbante tradicional preparado com algodão (mandeju'a). Mas quem utiliza o chocalho são sempre os homens para combinar com o som da taboca e marcar o passo na dança.



CASAMENTO TRADICIONAL

O casamento matrimonial respeitoso, conforme o regimento Tenharin, é realizado no penúltimo dia da Festa Tradicional M'botawa, antes da divisão da Mandiogu'i e a partilha do Miná.

Nos nossos casamentos, os casais que decidem casar já têm uma relação de longa duração e entendem a importância da cerimônia na cultura.



Isso porque são cerimônias importantes que influenciam na dinâmica política e organizacional das aldeias e das famílias. São fruto do trabalho de muita gente, mexem com o orgulho das famílias, com a lembrança dos mais velhos e promovem muitos compromissos entre os envolvidos em sua organização.

Em geral, a família responsável por preparar o ato convida pessoas mais velhas para realizar as principais ações que envolvem o casamento, como a pintura do corpo dos noivos, que se vestem com artefatos tradicionais, e os cânticos tradicionais que acompanham a cerimônia tradicional (Opi'yga) e trazem boas energias para o casal. Vejam que os anciãos são fundamentais para nossos casamentos!

O primeiro passo para o início da cerimônia é a instalação de dois esteios de madeira nos quais será atada uma rede de casal no interior da casa cerimonial. Essa atividade é feita pelos cunhados do noivo e/ou da noiva. Um dos esteios é pintado de babaçu, com formato mais arredondado, representando o clã Mutum, e o outro é pintado de urucum, com formato meio retangular, representando o clã Tarawé.

Durante a cerimônia de casamento, os cunhados do noivo atam a rede nesses esteios enquanto o casal tem seus corpos preparados em público com ornamentos feitos pela mãe do noivo.

Antes de sentar na rede, o preparo do corpo começa com a pintura. Ao mesmo tempo em que ocorre a pintura, o ancião canta para celebrar o jovem casal. A irmã do noivo pinta a noiva, e o irmão da noiva pinta o noivo – sempre do clã oposto.

Enquanto o homem tem o peito inteiro pintado de preto ou de vermelho (a depender do seu clã), a mulher é pintada por pequenas listras (circulares ou mais retangulares) bem próximas umas das outras. O corpo do cunhado do noivo também é devidamente pintado. No nosso casamento, junto com os anciãos, os cunhados são pessoas essenciais para a realização da cerimônia.

Já a nossa rede, feita de algodão tradicional, é tecida toda a mão e leva mais de um ano para ser confeccionada. Poucas mulheres sabem confeccionar a rede tradicional atualmente, por isso podemos substituir por redes não Indígenas. De toda forma, é na rede atada nesses esteios que os noivos se sentam e recebem os últimos adornos. No cabelo da noiva é passado óleo de babaçu pela sua cunhada.

É por tudo isso que precisamos de apoio diário de transporte de ônibus, para trazer o povo de todas as aldeias, apoio para alimentação complementar e merenda durante os dias da festa, além de apoio para a construção de dormitórios para que os Parentes possam atar suas redes e ficar na aldeia onde está sendo realizada a M'botawa.

CERIMÔNIA DE LUTO

Na M'botawa, realizamos a Cerimônia de Luto promovida pela família do/a falecido/a, onde organizam os agradecimento pelos cuidados.

Apenas pessoas do clã oposto do/a falecido/a podem realizar a abertura e o fechamento da sepultura (tarefa geralmente destinada aos cunhados). De toda forma, a pessoa que cuida do corpo do finado é escolhida pelo filho ou irmão do falecido. Essas pessoas que são agradecidas durante a cerimônia de luto também podem ser pessoas importantes na vida do falecido, como ex-companheiras ou companheiros e amigos/as íntimos/as.

No momento do ritual de sepultamento, as pessoas da família do falecido/a lavam o rosto e as mãos, passam óleo de babaçu, penteiam o cabelo e vestem uma roupa nas pessoas para as quais se expressa a gratidão.

Na M'botawa, esses procedimentos se repetem e a família traz presentes em forma de agradecimento pelos cuidados, enquanto um ancião canta Cântico Tradicional.

Em geral, essa cerimônia ocorre entre o segundo e terceiro dia da festa, logo pela manhã e a pessoa que cuidou do corpo tem que cumprir um resguardo prévio até que a cerimônia pública seja feita.

Desejamos que as cerimônias continuem sendo feitas pelos jovens! E, para os Tenharin, é muito importante que o luto seja cumprido, suspendendo todas as atividades

pelo tempo delimitado pelas relações entre nossos entes queridos. É importante que os parceiros e as instituições respeitem nossos preceitos!

Após lhes contar sobre muitos dos elementos que compõem a nossa grande Festa Tradicional e a necessidade de apoio e parcerias para a realização das etapas descritas, elencamos alguns tópicos centrais da nossa cultura, destacando os acordos que pactuamos e a demanda de apoio.

LÍNGUA

A escola deve implementar, valorizar e fortalecer a escrita (grafia), mas a língua materna Tenharin deve ser ensinada em casa, para que todos os familiares possam permanecer praticando.

Precisamos garantir a qualificação linguística para os professores fortalecerem a escrita na língua!

ROÇA

Nós temos roças coletivas, mas a maior parte é familiar.

Nós nunca colhemos roça de outra família sem autorização, mas também não deixamos o plantio estragar! Dessa forma, vários arranjos são possíveis entre famílias e comunidades para repartir nossa produção tradicional.

Toda aldeia tem casa de farinha e ela é de uso coletivo. Às vezes recebemos apoio da Funai para sua manutenção. E também apoio aos roçados familiares com ferramentas e combustível. Mas, com apoio ou sem apoio, os roçados tradicionais são realizados todos os anos. Plantamos nosso milho awaty, nossa batata jityga, mamba'e, kará e mandeju'a.

O CANTO

O Canto Tenharin costuma ser entoado por um homem mais velho que vai e volta num percurso retilíneo e sopra a flauta Iru'a entre as estrofes.

Não é que os jovens não possam cantar, mas para cantar em público é preciso coragem e treinamento. Os velhos são aqueles que foram preparados desde muito jovens para cantar e são conhecidos por tais características. Cantam em todos os instantes da festa, mas também, em muitas outras situações. Para cantar é preciso de autorização do cunhado e de familiares, e como já dissemos, o dono da M'botawa tem que saber cantar!

Embora alguns cantos sejam passados de geração para geração, os bons cantores são aqueles capazes de transformar em canto os acontecimentos e situações específicas.



Como exemplo, o canto pode assumir várias formas: de guerra e caça; de recepção, entoado quando chegam os grupos convidados na M'botawa ou nas reuniões com representantes do Estado; de luto, lembrando os antigos ou mesmo durante a própria cerimônia de luto; de benzimento, entoado durante a cerimônia da Menina-moça ou nos casamentos. Também pode ser um canto de agentes míticos, como o canto "O Jabuti", ou um canto de animais. Além destes, temos os cantos de paixão ou reconhecimento pela presença de alguém importante, e também sobre a Transamazônica, sobre a relação com aldeias antigas, cobrança de compensação, entre muitos outros.

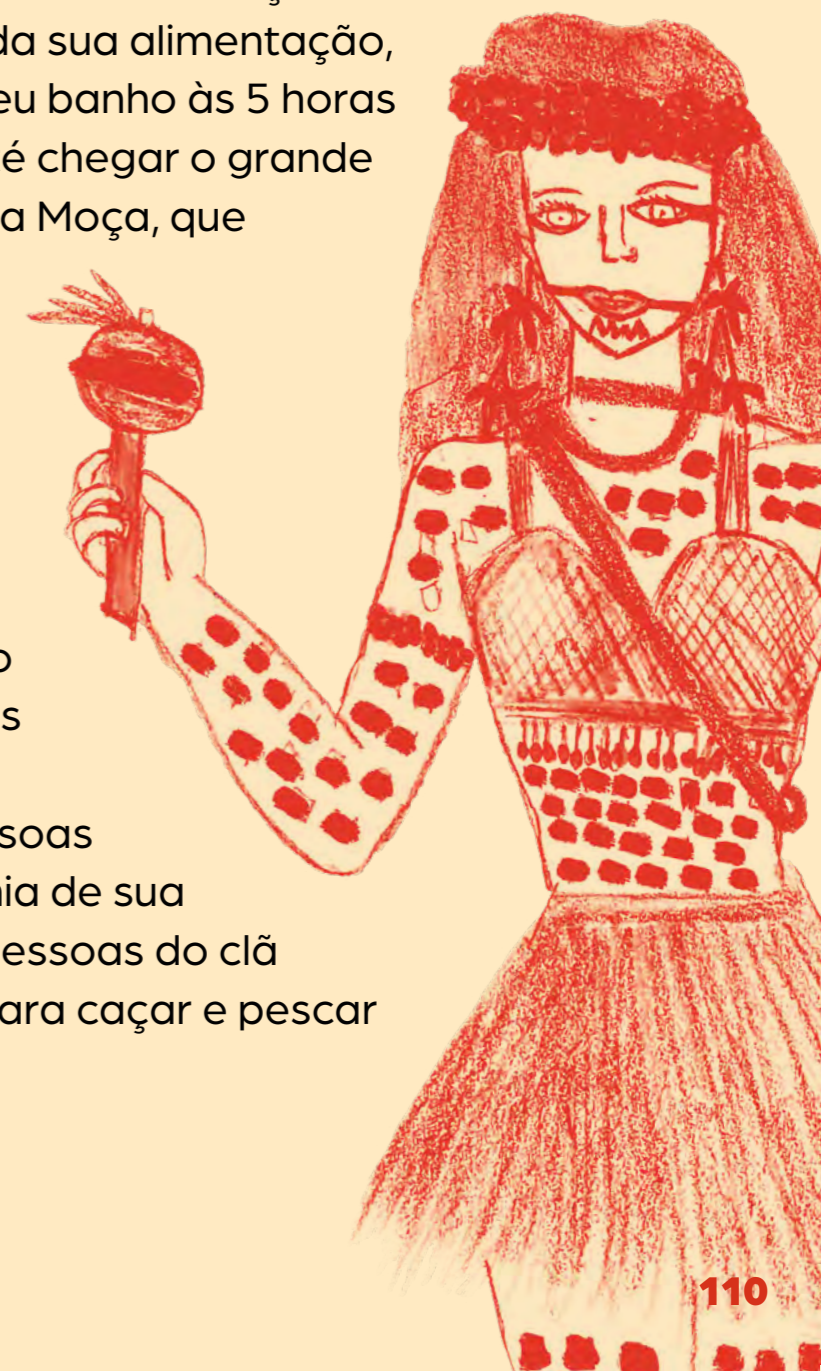
Acontece que todas as nossas cerimônias, nossos rituais ou atividades tradicionais devem ser cantadas. E como se trata de uma tarefa difícil, poucos jovens sabem cantar. Precisamos urgentemente de apoio para a formação de novos cantadores, valorizando e remunerando os cantadores mais velhos, que são grandes especialistas em nossos cantos e composições Tenharin.

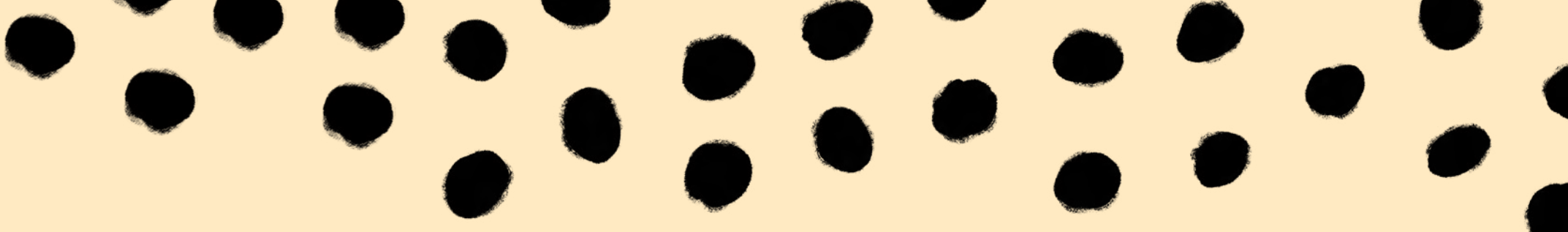
Parcerias nesse sentido são muito bem-vindas! Queremos buscar apoio com as universidades, ONGs e com o Museu do Índio para fortalecer os nossos cantadores. Porque o canto Tenharin é central em nossa cultura e acompanha nossos momentos mais especiais: dos alegres e eufóricos, aos tristes e saudosos.

CERIMÔNIA DA MENINA MOÇA

Quando a menina Tenhrim menstrua pela primeira vez, imediatamente sua mãe a coloca de resguardo por um período de 20 dias ou mais dentro de casa. Nesse período, a menina fica dentro da rede em repouso total, sendo permitido somente o acesso somente da mãe e da tia por parte do pai. Essa tia é escolhida pelo seu pai e fica responsável de realizar a pintura da moça todos os dias, ajuda no preparo da sua alimentação, prepara a água morna e seu banho às 5 horas da manhã todos os dias até chegar o grande dia da Cerimônia da Menina Moça, que marca o fim do resguardo.

Enquanto a menina fica guardada e vigiada dentro de casa sem poder falar com ninguém além de sua tia e mãe, o pai da moça forma uma comissão de familiares mais próximos para ir à todas as aldeias, informar e convidar as pessoas para participar da cerimônia de sua filha. Nesse momento, as pessoas do clã oposto se disponibilizam para caçar e pescar para a cerimônia.





Ao mesmo tempo, os familiares do pai e mãe ajudam na organização da aldeia para receber os convidados da melhor forma possível.

Durante o período restrito de resguardo, a menina só pode comer alguns tipos de comida, bem saudáveis e leves, em pouquíssimas quantidades, como peixe: jacundá, acará, traíra; caças: nambú de espécies pequenas, cutia e caititu. Pode comer cogumelo, mas não pode comer nada de frutas, doces ou gordura.

Nesse período de resguardo, a moça passa por uma reeducação alimentar e restrição de comportamento a partir daquela data. É orientada a não sorrir no dia da sua cerimônia e não se comunicar muito nos primeiros meses posteriores.

No dia da cerimônia, a moça toma banho ainda mais cedo para receber a pintura oficial do seu clã. Durante a cerimônia, sob os cânticos mais lindos e emocionantes cantados pelo ancião mais próximo e considerado de seu pai, sua tia paterna faz a pintura, coloca os enfeites mais lindos, feitos pelas suas tias e mãe, passa óleo de babaçu no cabelo e lava o rosto com água para finalizar o processo, para que, enfim, o ancião faça o cântico desejando vida longa e saúde para a moça.

Esse momento é de muita emoção, tanto para seu pai e mãe, quanto para sua família em geral. Após esse ritual, todos são convidados a almoçar a comida tradicional.

A Cerimônia da Menina Moça é um evento inesperado, imprevisível, e por isso exige e depende muito de apoio financeiro externo para sua realização. A locomoção dos Parentes de outras aldeias é realizada de ônibus até a aldeia da cerimônia e as caçadas e pescas dependem de transporte e combustível porque hoje em dia os animais estão bem longe. Muitas famílias não têm condições de realizar a Cerimônia da Menina Moça por não terem recursos financeiros suficientes, o que enfraquece a nossa cultura. Solicitamos sempre parceria da FUNAI, FEPIAM, SEMUPI, e prefeituras para a continuidade dessa cerimônia imprescindível para nós.

REMÉDIO TRADICIONAL

Existem medicamentos tradicionais conhecidos por nós, de posse somente do povo Tenharin. Queremos restrição quanto a esses saberes e não podemos repassá-los para pesquisadores ou para a Saúde Indígena.

PINTURA E ADORNOS

Atualmente, na nossa cultura temos duas pinturas diferentes, uma para o clã Tarawé e outra para o clã Mutunagwera. A pintura do clã Tarawé é preparada com urucum, enquanto no clã Mutunagwera é preparado de babaçu e jenipapo.

No clã Tarawé, os formatos das listras são mais retangulares e são pintadas pelos braços, pernas, costas e barriga das mulheres, que simbolizam o Gavião Real (Kwandú). Já os homens pintam o peito, como se fosse uma camisa, e o rosto com urucum. Existe no nosso Território o castanhal Urukutuvuhu que é um local que existe muito urucum.

As mulheres do clã Mutunagwera são pintadas de formas mais redondas pelos braços, pernas, costas e barriga que também lembram a onça-pintada. E os homens se pintam de babaçu no peito, como se fosse uma camisa, e no rosto, como uma barba.

As mulheres usam adornos, como tiara feita de penas, brincos, bracelete de penas com cores de seus clãs, saias e sutiãs de buriti ou barbante. Os homens usam cocares, colares cruzados de tucumã e, por vezes, carregam arcos, flechas, bordunas, e chocalhos. Já a pintura dos caciques simbolizam o apejuwi.

ARTESANATO:

Alguns artesanatos não devem ser vendidos para não Indígenas, como é o caso do cocar tradicional, que hoje só duas mulheres sabem fazer: a Luzaneide (do clã Tarawé) e a Alcineide (do clã Mutunagwera). Lucineide está aprendendo a fazer. Durante o debate para a construção de nossos acordos reconhecemos a importância que mais pessoas saibam fazer esses cocares, mas sempre com a responsabilidade de não vender para não Indígenas. Eventualmente, podemos vender para parceiros especiais por um valor alto, levando em consideração o tempo para fazer e o valor agregado do conhecimento tradicional.

Podemos vender e presentear os cocares internamente, mas, é preciso lembrar que a pessoa do clã deve confeccionar um cocar para o clã oposto.

Alguns de nossos artesanatos envolvem técnicas que correm o risco de se tornarem desconhecidas, porque são poucos os anciãos e anciãs que as dominam. Precisamos de apoio urgente para repasse de saberes sobre a confecção desses artesanatos e a manutenção da matéria-prima, como é o caso do nosso algodão tradicional. Dessa forma, há uma grande necessidade de apoio para realizar oficinas de resgate cultural de Artesanatos tradicionais Tenharin.





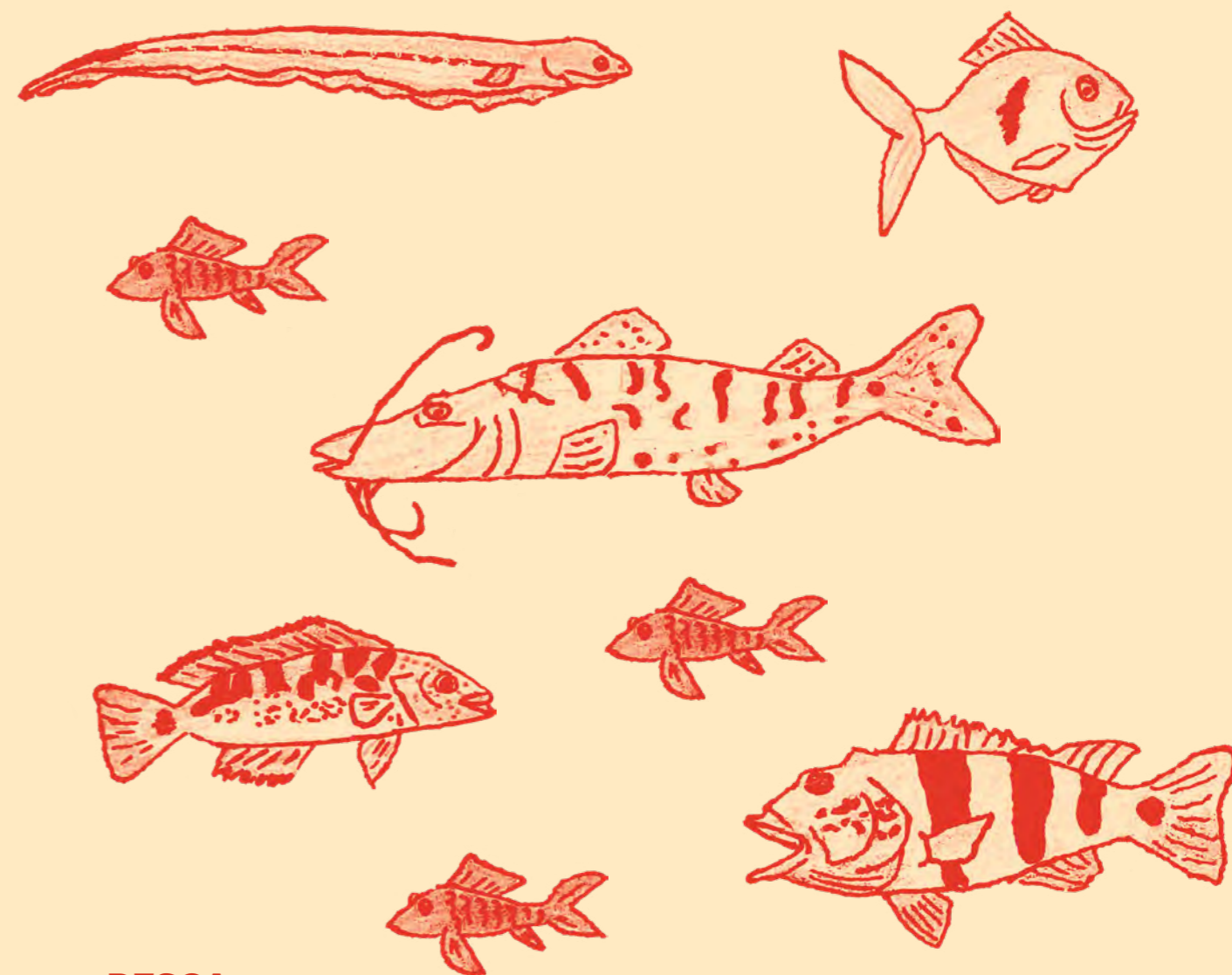
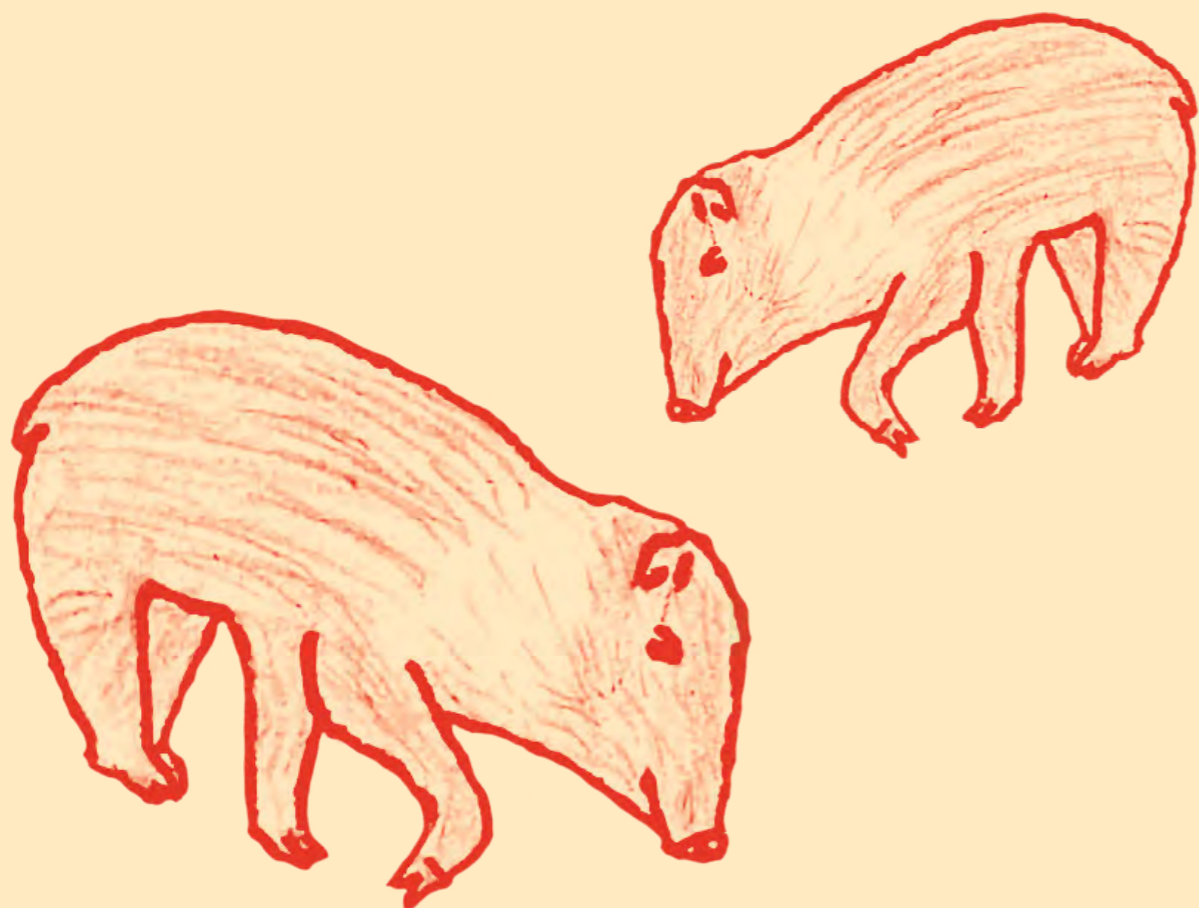
Listamos os principais artesanatos e utilitários Tenharin que estão correndo perigo. São eles:

- Rede - nas versões de algodão, (Endiawa).
- Balaio (Yrua)
- Peneira de arumã (Yrypema)
- Pente de jabuti (Kygwava)
- Arco (Yvyrapara)
- Borduna (mboahawa)
- Flecha (Y'Ywa)
- Corda para arco (Baywa)
- Pilão (Y'gu'a)

CAÇA

Nenhum Tenharin vende caça para fora da comunidade.

Não devemos abater o Amõ'i'i (líder do bando) das queixadas, nem matar mais de 20 queixadas do bando e nem os filhotes. Caçar exige sabedoria e respeito.



PESCA

Pirakwara é o nome que damos para as múltiplas relações que estabelecemos com a nascente do Rio Preto. Corresponde a uma região que entendemos como uma espécie de "berçário dos peixes", uma localidade propícia para a reprodução dos pescados do Rio Preto que desagua no Marmelos.

Também é o local onde se encontra a Itakwaru'hu, um grande pedra por onde passa a água entre o Rio preto e o Rio Machado.



PROTEÇÃO E GESTÃO TERRITORIAL

VIGILÂNCIA

Nós realizamos o Monitoramento Territorial de maneira tradicional há muito tempo, antes mesmo do contato. Durante as atividades do nosso dia a dia, quando praticamos a caça, pesca e coleta de materiais na mata para nosso consumo e usos culturais, estamos sempre percorrendo e vigiando o nosso Território. Porém, ao longo do tempo, com a demarcação do Território e com o aumento das ameaças, nós tivemos que começar a realizar, também, outras formas de monitoramento.

Para além do monitoramento tradicional e cotidiano, descrito acima, atualmente a APITEM planeja e apoia excursões de vigilância em campo que são executadas de forma autônoma e voluntária pela equipe dos AAI. Com o incremento de geotecnologias, coletamos informações, registramos localizações e monitoramos nosso Território de forma remota, com o apoio das técnicas Indígenas em SIG da APITEM. Temos ainda o monitoramento realizado pela Brigada Tenharin, que é integrado às atividades desenvolvidas pelo Prevfogo-IBAMA.

Essas estratégias de monitoramento se complementam e são coordenadas pelas lideranças do nosso Território, com a ampla participação da comunidade.

Antes das excursões, realizamos reuniões envolvendo todas as aldeias para planejar as atividades de monitoramento e identificar voluntários ou conhecedores dos trajetos para as ações. Caso não apareçam voluntários, as lideranças fazem indicações. Aproveitamos esse espaço para realizar os repasses das atividades anteriores e também para propiciar que as lideranças possam orientar os voluntários, discutindo formas de fazer uma eventual abordagem, a diferença entre fiscalização e vigilância, dentre outros assuntos relevantes para a atividade.

Para garantir que o monitoramento tenha sucesso na proteção do nosso Território, vemos a necessidade de maior integração entre os atores envolvidos e as instituições responsáveis, visando maior regularidade das ações, assim como apoios estruturais e contínuos. Segue a lista com as prioridades escolhidas ao longo da elaboração do PGTA:



O QUE QUEREMOS PARA O FUTURO?

- 6 bases permanentes nos limites da Terra Indígena, sendo 3 delas fluviais e 3 terrestres;
- Garantia de recursos (humanos, operacionais e financeiros) para maior regularidade das atividades (como em projetos de longa duração);
- 4 expedições de vigilância realizadas ao ano;
- Acompanhamento e apoio por parte da FUNAI;
- Assessoria jurídica;
- Canal de diálogo com as instituições responsáveis pela fiscalização;
- Valorização/remuneração dos atores envolvidos nas atividades;
- Regulamentação da atuação dos Agentes Ambientais Indígenas (AAI);
- Equipamentos: Drone, câmera fotográfica, tenda, veículos (terrestre e fluvial), motores, meios de comunicação, computadores, placa solar, impressora e kit de primeiros socorros;
- Formações e capacitações continuadas com garantia de certificação;
- Atuação de forma integrada dos atores no Território.

COM QUEM?

- APITEM, OPIAM, APIAM e COIAB;
- Instituições parceiras: IEB e OPAN;
- Governo: FUNAI, IBAMA, ICMBIO, INCRA, IPAAM, PF, MARINHA, EXÉRCITO, AERONÁUTICA, FN, MPF, MPI.

FISCALIZAÇÃO

Hoje em dia, mesmo gerando informações qualificadas através dos nossos monitoramentos, não conseguimos respostas eficazes quando solicitamos apoio aos órgãos responsáveis para ações de fiscalização dentro do Território. O exemplo mais drástico e urgente é o da invasão na Gleba B no limite da linha seca ao oeste. Há cerca de 10 anos a invasão se acentuou naquela área, onde hoje encontram-se ramais ativos, fazendas instaladas e grilagem de terra. Já não podemos fazer excursões de vigilância sob ameaça de morte por parte dos criminosos que possuem ferramentas de ponta e até pistas de pouso.

Queremos, portanto, que os órgãos e instituições competentes na fiscalização atuem de forma integrada e que as ações de resposta sejam planejadas de acordo com cada caso para garantir a sua eficácia, como nas situações que demandam a presença do efetivo dos órgãos de comando e controle em ações de longa duração – como no caso descrito acima. Para isso,

propomos que seja, a partir de planejamento prévio, garantida a provisão de recursos (humanos, financeiros e operacionais) para ações de proteção que garanta o uso exclusivo do Território demarcado!

Queremos um melhor canal de diálogo com os órgãos competentes pela fiscalização para garantir que os nossos monitoramentos possam apoiar o planejamento de suas ações com informação qualificada, garantindo, assim, maior eficácia. Para tanto, propomos também a elaboração de um protocolo oficial para a realização de denúncias.

COM QUEM?

- APITEM e IEB;
- FUNAI, IBAMA, EXÉRCITO, PF, FN, MPI, MPF, IPAAM, INCRA, ICMBIO e MARINHA.

GRANDES EMPREENDIMENTOS

Temos, em nosso Território, impactos relacionados à grandes empreendimentos que se estabeleceram sem a realização de nenhuma consulta ou esclarecimento, e também que nunca tiveram nenhuma forma de compensação pelos impactos sociais, ambientais e culturais ocorridos. Como exemplo, temos a implementação da BR 230, que corta nosso Território ao meio da BR 319; e o Projeto de Assentamento do Matupi.

Os empreendimentos previstos para a região, como a UHE Tabajara e a pavimentação da BR 319 e BR 230, continuam a agir na mesma lógica, tentando validar projetos com as comunidades sem a realização de processos justos de escuta quanto às considerações do povo Tenharin ao longo dos diálogos e consultas.

Temos clareza de que os impactos decorrentes desses empreendimentos se iniciam no processo de instalação, afetando o uso exclusivo dos Territórios e trazendo ameaças à integridade da saúde, cultura e organização social do povo. E após a instalação, os impactos se estabelecem de uma forma permanente, favorecendo a chegada de novas ameaças à nossa integridade



territorial, pois, com o aumento de invasões no Território e exploração ilegal de recursos naturais, aumenta-se a insegurança e facilita-se a ocupação de áreas de nossa TI e de seu entorno por grileiros e latifundiários.

Nós temos acordos internos quanto à forma que queremos ser consultados pelos empreendimentos. Acordos estes, gerados através da elaboração de nosso Protocolo de Consulta, que será tratado a seguir.

Queremos garantir, através de projetos, uma maior incidência política com assessoria jurídica, para que sejam respeitados nossos direitos territoriais, assegurados na Constituição, e o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada, assegurado pela Convenção 169 da OIT. Queremos, ainda, garantir que, em caso da necessidade de realização de estudos de impacto ambiental (EIA), possamos elaborar um estudo paralelo com o protagonismo da comunidade e da organização do nosso povo.

COM QUEM?

- Instituições parceiras: IEB, CIMI;
- Governo: CGLIC/FUNAI, MPF, PGR, MPI, IBAMA e IPAAM.

PROTOSCOLOS DE CONSULTA

Atualmente o nosso Protocolo de Consulta está em fase final de validação. Este foi elaborado de forma participativa por toda a comunidade, com Parentes de outros povos do entorno e com instituições parceiras. Teve como protagonistas na sua elaboração um time de Pesquisadores Indígenas do povo Tenharin do Marmelos.

Através da elaboração do Protocolo de Consulta construímos acordos de forma coletiva para garantir uma maior autonomia ao nosso povo. Esses acordos devem ser respeitados dentro e fora de nossa Terra Indígena, conforme Convenção 169 da OIT, tanto pelo governo, quanto por instituições parceiras e pelos empreendedores.

Sobre o que devemos ser consultados?

Todas as ações, políticas públicas e projetos de instalações de empreendimentos que venham a ser implementados dentro e próximo ao território Tenharim Marmelos, e que venha influenciar o nosso território e o nosso modo de vida.

O governo não pode aprovar qualquer Lei ou empreendimento a ser planejado ao redor do território Marmelos, como a construção e reforma de estradas, construção de obras públicas, projetos do governo nas áreas de pecuária e agricultura, manejos florestais, hidrelétricas, projetos de Lei relacionados ao uso de nossas Terras, indicação dos diretores das escolas, coordenadores de CTLs da Funai, concursos públicos específicos e diferenciado para indígenas, indicação de indígenas para cargos públicos no município e no estado, entre outras medidas legislativas e administrativas sem antes consultar as 11 aldeias.



COMUNICADORES, AAI E SIG

A APITEM coordena a atuação desses diferentes atores dentro do Território Tenharim buscando uma atuação de forma integrada e sinérgica, que resumimos logo abaixo.

Temos uma equipe de 10 AAI que realiza o monitoramento 2 vezes ao ano nas aldeias e no Território de forma voluntária, acompanhados de lideranças e membros das comunidades. Nessas expedições os AAI utilizam ferramentas tecnológicas, como aplicativos e plataformas virtuais, para o registro, acesso e coleta de dados referente à gestão e proteção territorial.

A equipe de 2 técnicos de SIG da APITEM é responsável pelo armazenamento, análise e organização dos dados coletados pelos AAI e daqueles gerados através de monitoramentos remotos. Nesse sentido, subsidiam com informação qualificada a diretoria da nossa associação nas suas estratégias de incidência política e de Gestão Territorial.

Temos, ainda, uma equipe de dois Comunicadores Indígenas que atuam diretamente com a APITEM na elaboração de produtos e apoiam as estratégias de comunicação da organização para dar visibilidade às

ações, tanto internamente, para as comunidades, quanto externamente, para parceiros e sociedade, por meio das redes sociais.

Temos acordado que, para a escolha dos diferentes atores, deve-se levar em conta a distribuição destes pelas aldeias do nosso Território, garantindo ampla participação. Temos também acordado a realização de reuniões com o propósito de dar devolutivas das atividades realizadas para a comunidade, propiciando um planejamento estratégico de forma coletiva e inclusiva. Ainda temos como desafio o envolvimento de maior número de pessoas das comunidades nas diferentes frentes de atuação.

AVIVENTAÇÃO DOS LIMITES DAS TI'S

Hoje em dia os limites de nossas Terras Indígenas não são visíveis. Existe uma defasagem no plaqueamento dos limites, o que facilita a invasão do nosso Território. Após a demarcação das TI's não houve nenhuma ação para limpeza e aviventação dos limites, apesar de muitas solicitações enviadas à FUNAI.

É por isso que queremos parcerias para realizar a limpeza e aviventação dos limites das TI's a cada 5 anos, junto ao plaqueamento dos limites territoriais e a renovação dos marcos geodésicos. A APITEM e a equipe

de monitoramento pretende qualificar algumas dessas demandas através do mapeamento executado durante as expedições de monitoramento ou vigilância.

MADEIRA/GARIMPO

Hoje em dia, acontece dentro do nosso Território a coação de membros de nossas comunidades para atuarem em parceria com atravessadores na exploração de recursos madeireiros e minerais de forma ilícita. A participação de Indígenas acontece de maneira individual ou familiar, é lida como alternativa de renda para subsistência e é realizada de maneira seletiva.

Nós, como povo Tenharin, queremos buscar meios para garantir que essas atividades sejam substituídas por outras que gerem renda ao povo Tenharin de forma sustentável e coletiva, com benefício a toda população. Vemos como possibilidades o estímulo às economias da floresta de forma mais justa e os Mercados de Carbono e REDD+. Para isso precisamos de assessoria e formação.

CRIAÇÃO DE ANIMAIS/PASTO

Em nosso Território, para realizar a criação de animais em pastagem, é necessário um documento de autorização por parte de nossa organização, a APITEM. É uma atividade realizada por poucas pessoas, sem nenhuma assistência técnica.

Temos como acordo que, após a autorização, quando alguém for estabelecer áreas de pastagens, deve-se evitar derrubadas, priorizando áreas de capoeira. Deve-se, também, garantir que essas áreas sejam cercadas, como forma de prevenir a invasão de animais à área de roçado de outras famílias.

Pretendemos, ainda, definir de forma coletiva, um tamanho limite de área para a atividade.

Precisamos de apoio por parte da ADAF e do IDAM para que os interessados na criação possam ter a assistência técnica, para assim estabelecer boas práticas na atividade que é desenvolvida tanto para consumo quanto para geração de renda.



PREVFOGO

Temos em nossa TI 2 bases da Brigada Tenharin, com um efetivo de 38 brigadistas que atuam em contrato de 6 meses, como escopo de um acordo de cooperação técnica da FUNAI com o IBAMA. Temos como prática a realização de reuniões com todo o povo Tenharin para realizar de forma participativa a apresentação de relatório de atividades, planejamento e tomadas de decisão.

Ao longo da elaboração do PGTA definimos algumas das prioridades para melhoria da atuação de nossa Brigada, tais quais:

- Retomar diálogo com a FUNAI para revisão dos editais, considerando critérios de prioridades no processo seletivo e tempo de contratação;
- Mudar a categoria para “Base Especializada”;
- Intercâmbios com outras iniciativas;
- Ações interligadas com demais atores do Território (SIG, AAI, Comunicadores e Pesquisadores do Protocolo);
- Previsão orçamentária para execução das atividades com diárias.



MERCADO DE CARBONO

As comunidades estão em processo de diálogo com empresas interessadas e de avaliação das propostas de mercado. Temos como acordo interno que esses projetos devem beneficiar todo o povo Tenharin, respeitando as especificações de cada aldeia. Deve, ainda, seguir o que diz nosso Protocolo de Consulta e deve ser executado diretamente pela APITEM dentro do Território.

Vemos que eventuais projetos de Mercado de Carbono devem fortalecer a proteção territorial das Terras Indígenas Tenharim e representam uma opção de geração de renda dentro do Território com garantia do bem viver de nossa comunidade.



PARENTES EM ISOLAMENTO VOLUNTÁRIO

Temos em nossa TI um laudo em estágio de conclusão, por parte da FUNAI, comprovando a presença de Parentes em isolamento voluntário dentro da TI. Para a elaboração do laudo, foi realizado um trabalho através de expedições no Território, com participação de membros da comunidade, a procura de vestígios desses Parentes nos anos de 2013 e 2016.

Temos como acordo que devemos respeitar os lugares sagrados dos Parentes em isolamento e também devemos respeitar a sua opção pelo isolamento voluntário. Há também um acordo com o poder público, ainda não cumprido, para a instalação de uma Frente de Proteção na CR-Madeira.

Queremos através da APITEM realizar a incidência política, com apoio do MPI e do MPF, para que sejam garantidos os direitos desses povos e o cumprimento da promessa de instalação da Frente de Proteção CR-Madeira.



ATIVIDADES PRODUTIVAS

Praticamos diversas atividades produtivas voltadas para a subsistência e, também, para a comercialização. Vamos contar, neste capítulo, as principais delas e o que precisamos para melhorar a sua realização.

AGRICULTURA FAMILIAR



A nossa agricultura familiar é bastante diversa. Plantamos mandioca, macaxeira, milho, cará, banana, batata doce, abacaxi, abóbora, mamão, entre outros. É comum o aproveitamento de capoeiras antigas, mas, às vezes, precisamos escolher pequenas áreas de mata bruta, principalmente quando a terra é preta e produz bem.

Em áreas de capoeira, a família pode ter mais de uma roça. Começamos com a escolha do local, demarcamos a área, depois vem a derrubada, queima, coivara, limpeza, plantio e o zelo. Esse processo dura meses, mas garante uma colheita farta para as nossas famílias. Não utilizamos veneno e não possuímos maquinário, como trator, monocultivador, ou caminhão.



As roças onde plantamos mandioca para fazer farinha são familiares. Atualmente nossa produção de farinha é basicamente para o consumo. Acontece que muitos de nós queremos aumentar a produção de farinha para a comercialização. Isso porque dominamos a técnica do plantio e do preparo e a lata de 18 litros alcançou o preço máximo em 2023 de R\$ 150,00.

Para isso, é necessário a melhoria nas nossas casas de farinha, que devem estar adequadas aos parâmetros sanitários vigentes. Também precisamos de apoio para o escoamento e a comercialização na cidade de Humaitá e no distrito de Santo Antônio do Matupi.

Hoje em dia, mesmo quando temos excedentes da nossa produção agrícola, é muito difícil escoar e achar bons compradores. O que queremos agora é mecanizar a produção, mas manter a organização familiar, a produção sem uso de agrotóxico e o respeito com a floresta. Para isso, além do maquinário, precisamos de muita conversa para estabelecer novos acordos e de assistência técnica e extensão rural – parcerias com Embrapa e IDAM são essenciais. Nossa ideia é fazer intercâmbios, visitas e treinamentos com outros povos que trabalham parecido com a gente e com os mesmos produtos. E contar com o apoio da FUNAI para o escoamento.

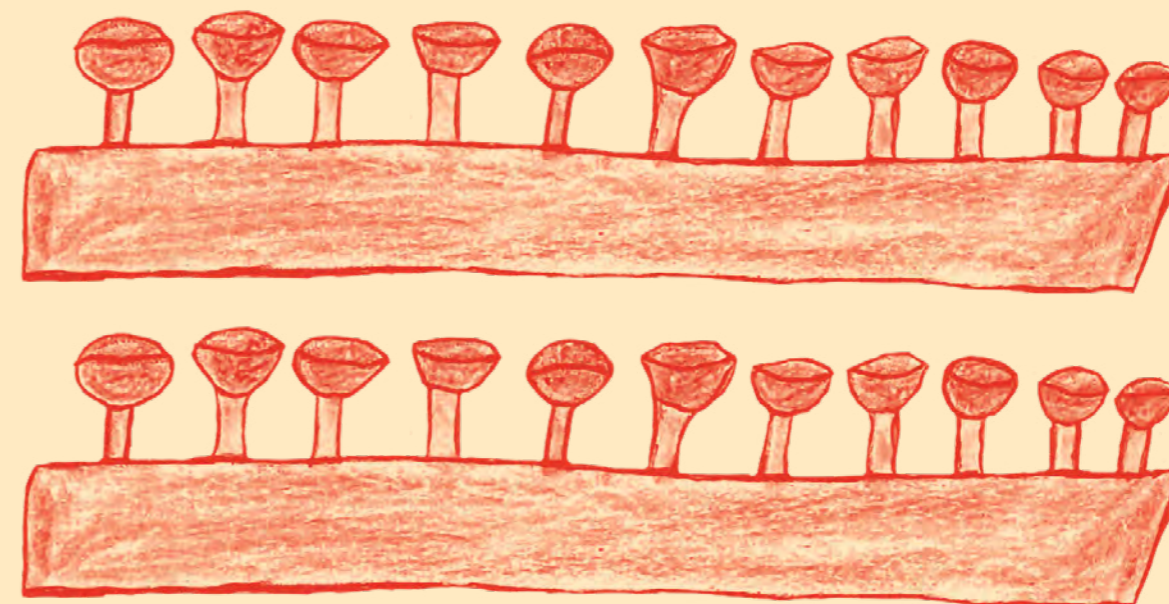


O que já temos acordado é que todos os Tenharin podem botar roça, mas cada um respeita o espaço do outro, que até agora é delimitado pela força de trabalho de cada família e compreendido por todos, sem necessidade de cercas ou medições.

Precisamos de apoio urgente com relação à merenda escolar Indígena. Comercializar para as nossas escolas é uma prioridade, porque garante que nossas crianças comam comidas que fazem parte da nossa cultura, sem aditivo de agrotóxicos, e, que as famílias se beneficiem com a venda de seus excedentes. Desse jeito, o alimento que plantamos fica no Território e garante a segurança alimentar, mas com incremento na renda familiar!

Também temos nossos canteiros e hortas nos quintais, onde encontramos muitas frutas e criamos alguns animais.

Queremos melhorar nossos quintais com implantação de áreas de sistemas agroflorestais para renovar as árvores frutíferas que estão mais perto de nossas casas, atrair animais e refrescar as aldeias.

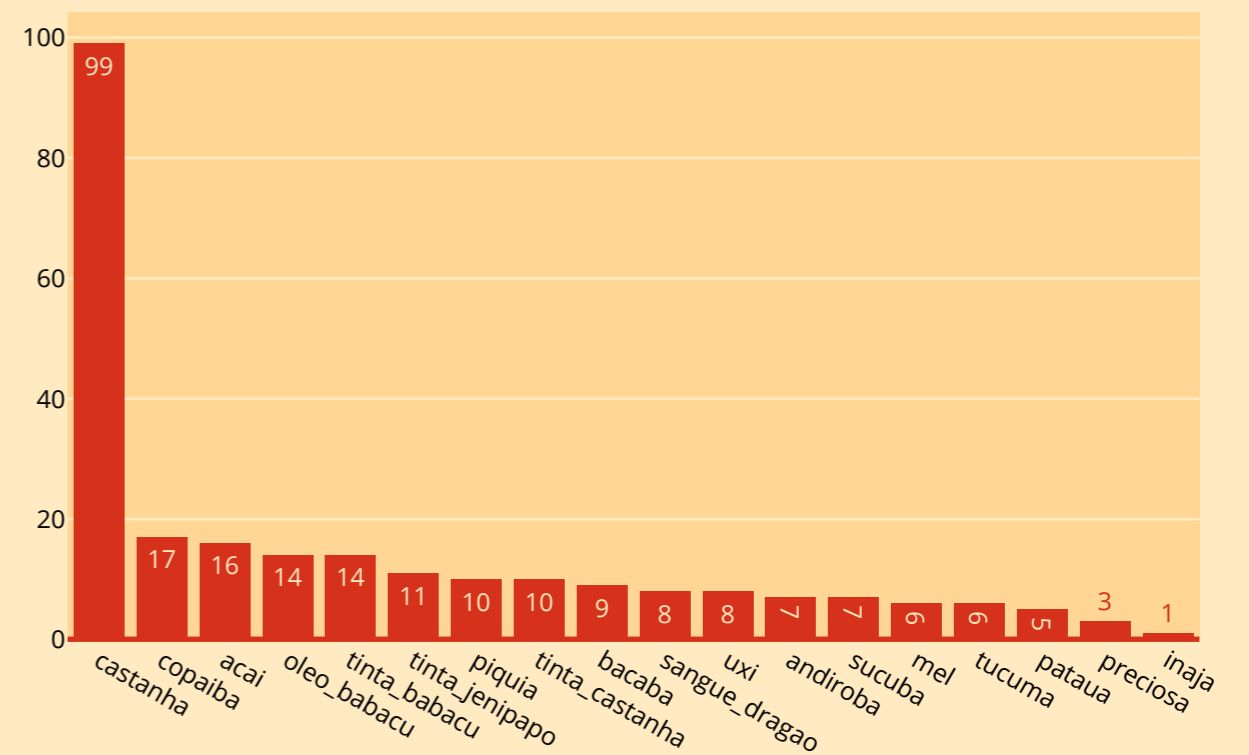




EXTRATIVISMO

Nós praticamos a coleta de óleos, palhas, cipós, mel, frutas da mata, cogumelos e muitos outros produtos extrativistas. Na nossa terra encontramos fartura de babaçu, copaíba, açaí e patuá, mas o principal produto extrativista é a castanha.

RENDA DO EXTRATIVISMO NAS FAMÍLIAS



PRODUTOS DO EXTRATIVISMO

Todo ano, na época do inverno amazônico, durante os meses de dezembro e março, grande parte das famílias trabalha com a coleta da castanha.

É a época em que nos deslocamos para as áreas mais centrais da floresta em busca das castanhas. A conservação da floresta permite a abundância do recurso, que tem uma importância significativa na economia extrativista das nossas comunidades. A castanha constitui atualmente nossa principal fonte de renda provinda da floresta! Mas não é só por isso que ela é tão importante para nós.

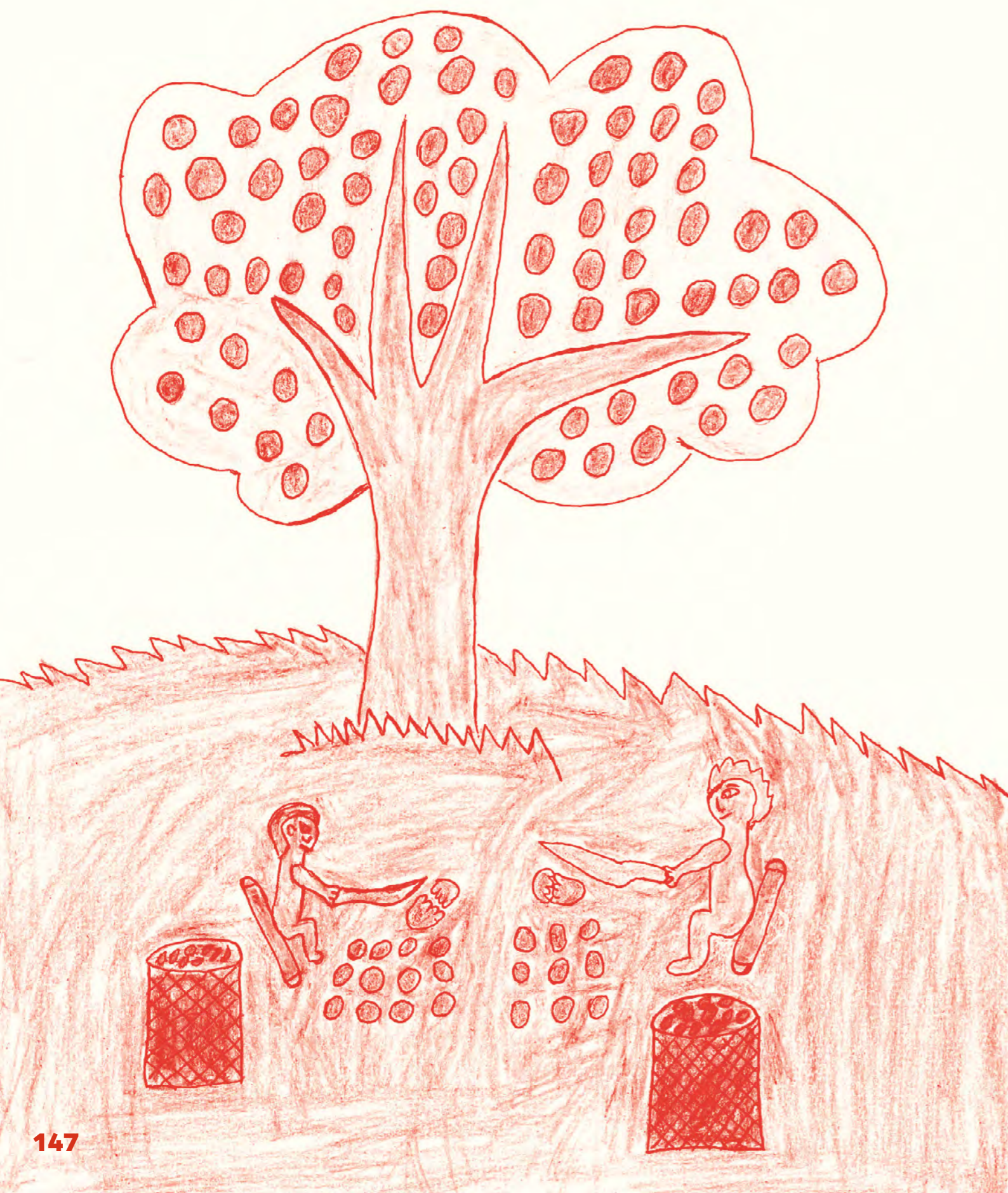
É um trabalho que nos alegra e faz parte da nossa vida. Isso porque trata-se de um grande acontecimento familiar, no qual participam homens, mulheres, crianças, idosos, cachorros e outros animais domésticos. A família toda pode ir para o castanhal, pois a época da coleta coincide com a época das férias escolares!

Para chegar nas castanheiras, algumas famílias viajam pelo Rio Marmelos, Rio Preto, Rio Branco, Igarapé Mafuí e todas percorrem malhas de caminhos abertos na floresta, conhecidos por "piques". Caminhos que cuidamos e que tem dono. Mas quando dizemos dono, não estamos nos referindo ao sentido do não Indígena, como propriedade da terra, com muros, cercas ou documentos. Para nós, o dono é a família que abriu os piques e cuida dos caminhos, sempre limpando e zelando por eles. Nossos castanhais passam de geração para geração, e seus limites são circunscritos, ainda que visualmente. Mas os arranjos variam e podemos dar para outro parente ou permitir

que outra família quebre castanha em algum ano. O importante é respeitar o castanhal de cada um e não abandonar os piques!

Nós costumamos estabelecer acampamentos no interior dos castanhais; neles, as famílias ou grupos se relacionam, se visitam, trocam bens, informações e aprendizados. Porque nossas crianças têm a chance de aprender muito sobre a floresta durante a coleta e quebra da castanha. Caçamos, pescamos, andamos no mato, comemos frutas e ouvimos histórias quando estamos nos castanhais.





Ao final da coleta e da quebra, voltamos para as aldeias com as castanhas para vender. Acontece que para ir para o castanhal, as famílias Tenharin têm de adquirir insumos necessários, como facões ou terçados, lima, sacos de ráfia, munição para as espingardas, combustível, alimentação, para a gente citar os mais óbvios. Além de farinha, que geralmente produzimos antes das excursões na floresta.

Tem ano que recebemos apoio da FUNAI e de parceiros, mas nem sempre é suficiente. Dessa forma, as famílias adiantam recursos com os atravessadores que vem até a Terra Indígena comprar e buscar a castanha ensacada.

Acontece que o volume de produção de castanha varia muito de um ano para o outro, assim como o preço da lata flutua consideravelmente numa mesma safra. Dessa forma algumas famílias ficam endividadas, ou empenham sua produção antes mesmo da coleta, por conta do acordo assumido com o atravessador.

Como não possuímos caminhões e não conhecemos o mercado, dependemos dos atravessadores para escoar a nossa produção.

É por isso que queremos compreender e conhecer alternativas, como cooperativas para beneficiar a castanha. Nossa produção tem um potencial enorme, podendo chegar até 10.000 latas de 18 litros cada. E sabemos que tem muita castanheira não manejada, então, com planejamento, estudos, Monitoramento Territorial e investimento, podemos aumentar a produção.

Queremos fazer intercâmbios, conhecer o processo do beneficiamento, as políticas públicas e firmar parcerias com OPAN, IEB, FUNAI, prefeituras, Governo Estadual etc, porque sabemos que o beneficiamento agrega valor. Para isso, precisamos melhorar as práticas de coleta e transporte, ter locais adequados para armazenar e compreender sobre gestão e mercado.

“QUEREMOS BENEFICIAR PARA EXPORTAR”.

Arnaldo Tenharim

Será necessário apoio para incremento da produção, mapeamento dos nossos castanhais, estudo de mercado, critérios para a formação de cooperativa e planos de negócio. A castanha é uma prioridade para nós!

Embora a castanha seja o principal produto, muitas famílias desejam trabalhar com o beneficiamento do babaçu, que tem uma importância cultural muito significativa para nós. Como diz a liderança Margarida Tenharim, “O babaçu, tem o óleo, a polpa, a farinha, o gongo”... Queremos conhecer experiências de Parentes de outras terras que trabalham com esse precioso produto!

TURISMO

Iniciamos a atividade de turismo de pesca esportiva, na modalidade de pesque e solte, em 1996. Antes disso, não Indígenas tocaram a atividade durante dois anos sem o nosso consentimento. FUNAI, COIAB, APITEM e MPF intermediaram o contato com a empresa que realiza esse tipo de turismo e formalizaram a atividade a partir de consulta feita a todos os caciques.

Hoje em dia a pesca esportiva é exclusiva do tucunaré e acontece uma vez por ano, no baixo rio Marmelos durante a vazante do rio e bem longe de nossas aldeias.

Possuímos um contrato entre a empresa de turismo e a APITEM, no qual acordos são firmados, como por exemplo: a exclusividade da pesca do tucunaré, questões de uso de imagem, da retirada do lixo, delimitação da área de pesca esportiva e garantia da participação de Indígenas na execução da atividade. São permitidos oito turistas por grupo, um grupo por semana, durante 45 dias por ano. Toda a estrutura é da empresa: alojamentos fluviais, transporte dos turistas em hidroaviões e embarcações, cozinha e material de pesca.

Os habitantes das aldeias não têm contato com os turistas, mas a renda obtida na atividade é repassada aos caciques que distribuem os lucros entre 29 grupos das 11 aldeias.



Os planos para o futuro incluem melhorar nosso acordo com a empresa, exigindo transparência e participação Indígena em todas as etapas. O que envolve capacitação e investimento para elaboração de um plano de negócios.

Queremos expandir as atividades e incluir o turismo de base comunitária, porque entendemos que, se feito de forma controlada e em conformidade com a regulação ambiental, o turismo longe de nossas aldeias é uma atividade de baixo impacto socioambiental e beneficia a todas as famílias. Vislumbramos o potencial para passeios em diversas cachoeiras que estão localizadas no Rio Marmelos.

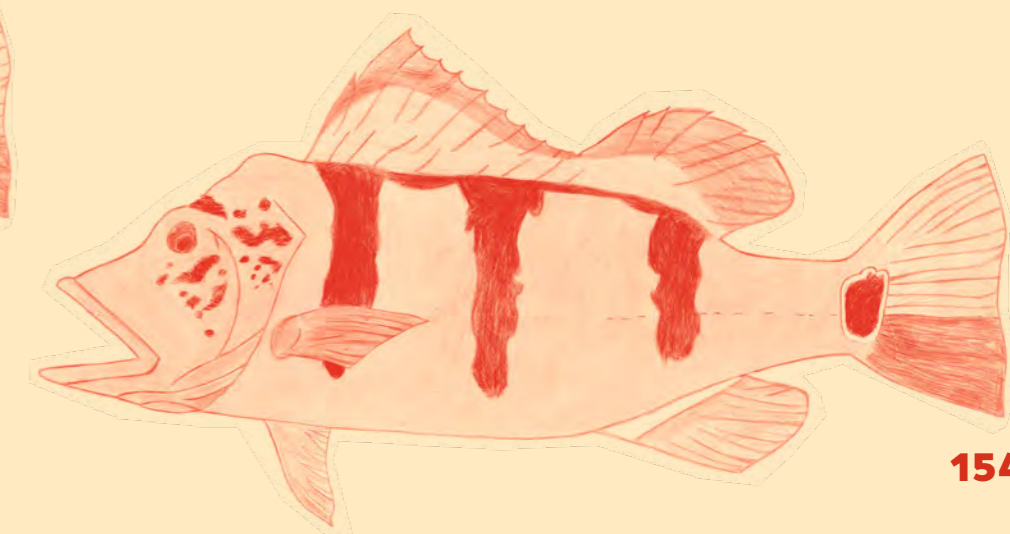
Outra atividade importante é o artesanato, que faz parte da cultura Tenharin. Gostamos de confeccionar adornos e utilitários que fazem parte da nossa identidade e expressam as cores de nossos clãs. Temos artesanatos para o uso no dia-dia, peneiras, pilão, cestas. Os artesanatos também podem ser para enfeitar o corpo, como brincos, colares, presilhas. Alguns artesanatos são para cerimônias e momentos importantes como os cocares, chocalhos e as flautas. E fazemos também artesanatos para vender, mas encontramos dificuldade para comercializar com bom preço, e há pouca saída nas cidades mais próximas, como Humaitá e Porto Velho.

Para a confecção, normalmente usamos a folha e o fruto do tucumã, a fibra do algodão tradicional, injá, tento, taboca, diferentes palhas e cipó, sementes, resinas de árvore, entre outras matérias primas que

vem da floresta. Anos atrás, usávamos muitas penas de aves para a manufatura dos adornos, como os brincos, braceletes, prendedores de cabelo e cocares para vender. Recentemente, com a proibição de comercializar penas de animais silvestres, passamos a confeccionar apenas para nosso uso. Assim, nos enfeitamos para levar a vida, como faziam nossos antepassados e não corremos o risco de impactar alguma espécie de ave do mato.

Queremos mercado para a ampliação da comercialização da nossa produção de artesanato, com o incremento de novas tecnologias e inclusão das jovens mulheres Tenharin em todas as etapas, da manufatura à comercialização. Assim podemos garantir conhecimentos sobre esse mercado e alternativa de renda para a juventude.

Mas alguns artesanatos são feitos só pelos mais velhos. Como apontamos antes, é urgente o repasse destes saberes aos mais novos. Só assim podemos garantir que a nossa cultura se mantenha viva em suas múltiplas formas de expressão. Precisamos de projetos que enfatizem a troca geracional, com a valorização de nossas anciãs e anciãos.





DIREITOS BÁSICOS

Nós lutamos junto com o movimento Indígena para a implementação das políticas públicas da saúde e educação diferenciada no nosso Território. Neste capítulo iremos apresentar a realidade desses serviços e o que precisa melhorar para que sejam mais efetivas. Também vamos falar como a Terra Indígena Tenharim Marmelos e o governo estão olhando as mulheres, jovens, crianças, anciãos e as pessoas especiais e o que seria necessário para assegurar o bem-estar dessas pessoas dentro do Território e o acesso às políticas públicas. E por fim, iremos apresentar os instrumentos de comunicação existentes dentro do nosso Território e o que precisa melhorar para a inclusão digital do povo Tenharin.

SAÚDE

Hoje somos atendidos pelo Distrito de Saúde Especial Indígena (DSEI) de Porto Velho com um Polo Base na cidade de Humaitá – AM. Contamos com uma equipe multidisciplinar (psicólogo, nutricionista, assistência social, dentista e médico) insuficiente para atender as demandas do Território Tenharim Marmelos e demais Territórios Indígenas que são assistidos por esse polo. Esses profissionais não possuem um cronograma de visita nas aldeias.

Queremos que os profissionais da equipe multidisciplinar da CASAI de Humaitá atuem de forma mais frequente no Território Tenharim Marmelos, com consultas de especialistas, campanhas de vacinação e de sensibilização sobre as boas práticas com os cuidados dentários, além de campanhas e palestras sobre as prevenções de doenças que possam atingir as mulheres, homens e jovens.

A aldeia Marmelos possui uma unidade do Polo de Humaitá para atender o Território e também funciona como alojamento fixo para as equipes de saúde quando estão em atendimento na Terra Indígena. No entanto, a unidade não possui remédios, equipamentos e materiais para o atendimento de saúde às nossas famílias.

Para melhorar o atendimento no Território é necessário que a unidade do Polo na aldeia Marmelos tenha condições adequadas com infraestrutura, equipamentos e insumos para os profissionais da CASAI.

As demais aldeias não possuem uma estrutura física de posto de saúde com o mínimo conforto para as atividades dos Agentes Indígena de Saúde (AIS). As que existem foram construídas como contrapartida das aldeias e lá também chegam remédios e equipamentos para o atendimento preventivo. No Território existem alguns microscopistas que trabalham na testagem da malária.

Queremos a regulamentação da categoria dos profissionais AIS e a retomada do processo de formação para os AIS, além de apoio para que esses profissionais possam se formar como técnicos de enfermagem. Também queremos a reforma e ampliação do número dos postos de saúde nas aldeias com abastecimento de insumos, materiais, equipamentos e infraestrutura para atuação dos Agentes de Saúde Indígena e dos microscopistas.

Temos os Conselheiros da Saúde, cuja função é de acompanhar os serviços de atenção à saúde Indígena e de nos representar para repassar as demandas para o CONDISI e Polo de Humaitá.

Para fortalecer a atuação dos Conselheiros, percebemos a necessidade de resgatar o processo de formação para esses atores nas temáticas de incidência, regimento interno, direitos e política da saúde Indígena. Assim, os conselheiros estarão mais preparados para nos representar e cobrar melhorias para o atendimento da saúde Indígena no nosso Território e na CASAI de Humaitá.

Os profissionais de enfermagem da CASAI de Humaitá não acompanham os pacientes durante as consultas e exames nos hospitais e clínicas na cidade de Humaitá. Como consequência dessa ausência, muitas vezes não são apresentados os prontuários nas consultas médicas para avaliar a situação e a evolução do quadro dos pacientes. Assim sendo, queremos a melhoria do diálogo entre os profissionais da CASAI de Humaitá com os hospitais e médicos durante as consultas médicas e realização dos exames especiais.

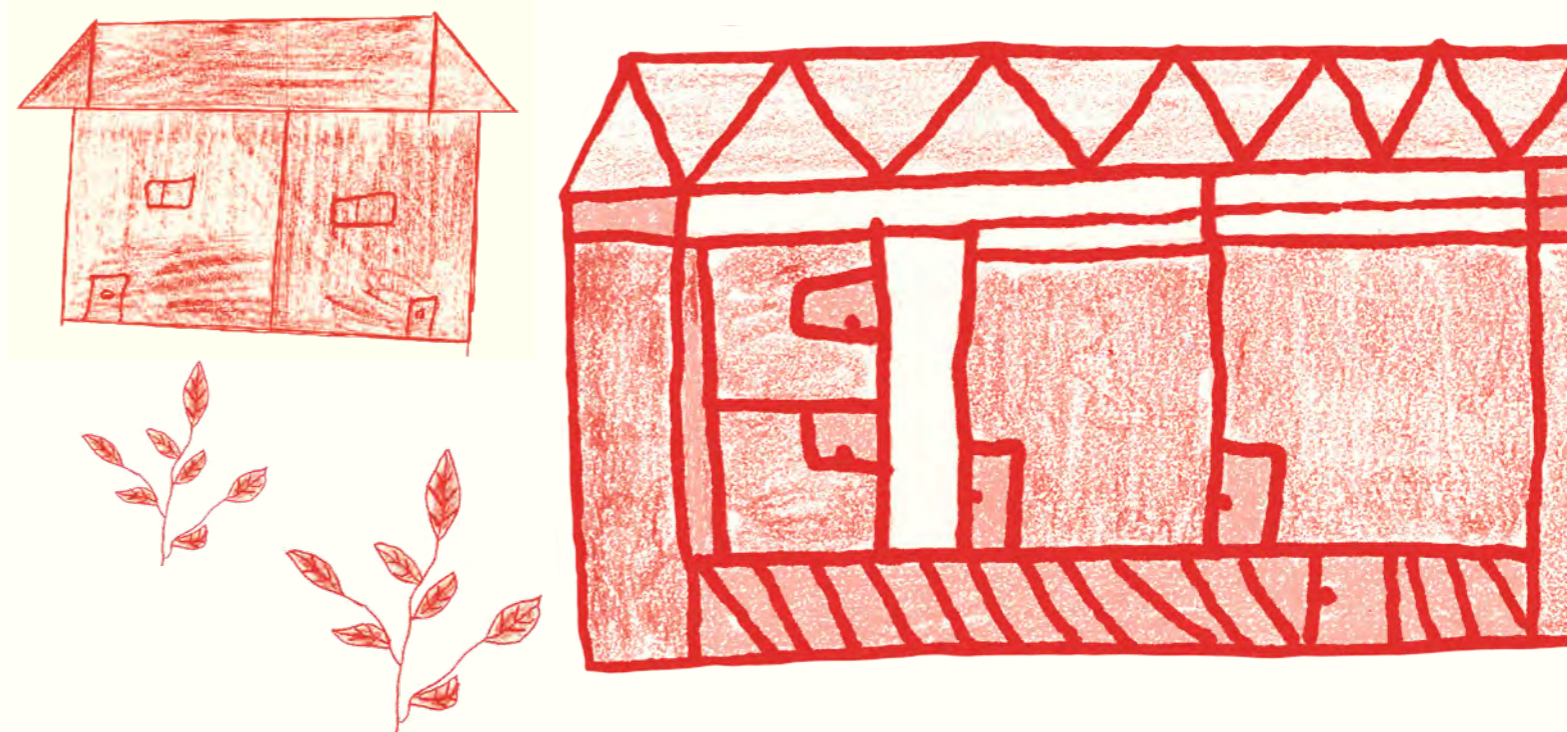
Alguns profissionais da CASAI não estão preparados para atuar na saúde Indígena e não possuem uma sensibilidade ao trabalho intercultural, não respeitam os nossos modos de vida, crenças e costumes. Queremos incorporar os conhecimentos tradicionais e ancestrais nos tratamentos de algumas enfermidades.

A CASAI de Humaitá não tem transporte suficiente para atender a remoção de pacientes do Território para a cidade. Além de ter uma estrutura física precária e inadequada para atender as famílias Indígenas na cidade de Humaitá.

É necessário que a APITEM e o movimento Indígena do Alto Madeira incidam na prefeitura de Humaitá e no DSEI de PVH para garantir a construção de uma nova CASAI na cidade de Humaitá para atender o povo Indígena.

Sofremos com a demora do sistema de “regulação”, como chamam, para marcar consultas com especialistas e exames mais complexos. Queremos priorização nas marcações de consultas e exames no sistema de “regulação”. Também é necessário melhorar a comunicação entre a CASAI, AIS e pacientes nas aldeias, em relação à marcação de exame e consulta.

O nosso maior desejo coletivo é que seja construída uma Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI) na Transamazônica para atender o Território Tenharim Marmelos e demais Territórios Indígenas ao redor.



SANEAMENTO BÁSICO

Na maioria das aldeias existem poços artesanais e lavanderias coletivas. Em algumas delas esses poços são insuficientes na época da estiagem e enfrentamos a falta de água em algumas comunidades. Nem todas as aldeias possuem gerador para alimentar a energia das bombas dos poços artesanais. Quando a energia elétrica da rede municipal cai ou está em manutenção, muitas aldeias ficam sem abastecimento de água. Infelizmente isso é bastante recorrente e atrapalha as nossas atividades domésticas e políticas.

É necessário que seja realizada uma avaliação do terreno para a perfuração de novos poços artesanais. Nós queremos novos poços com sistema de energia solar para as aldeias que enfrentam problemas com falta d'água na estiagem. Queremos que o sistema de abastecimento seja ampliado para aquelas aldeias que ainda não possuem estrutura de captação de água ideal para o consumo. Também queremos ampliação da distribuição de água nas casas das aldeias. É preciso de um planejamento que leve em conta o aumento da nossa população!

Quase todas as aldeias possuem lavanderias coletivas com estrutura de armazenamento de água. No entanto, as lavanderias e a estrutura das caixas d'água precisam de manutenção. Também precisamos que se amplie o número

de lavanderias, pois as que existem são insuficientes para a quantidade de famílias existentes nas aldeias. Além disso, queremos que sejam construídas fossas sépticas para as lavanderias.

Na maioria das aldeias, existe pelo menos um Agente Indígena de Saneamento (AISAN). Mas, hoje em dia, os AISAN estão trabalhando sem material, equipamentos, ferramentas e EPI's.



Queremos que contratem AISAN para as aldeias que não possuem esse serviço. Também queremos a regulamentação da categoria do profissional AISAN e a retomada do processo de formação continuada e curso técnico em saneamento para os Indígenas que já desempenham essa função no Território. Além de materiais, ferramentas e EPI's necessários para que os AISAN realizem suas funções nas aldeias.

O lixo é um dos principais gargalos. Atualmente nas aldeias não existe qualquer apoio para a coleta de lixo residenciais e recicláveis pelas prefeituras de Humaitá e Manicoré. Queremos que as prefeituras e a Saúde Indígena realizem ações de sensibilização sobre essa temática e atividades de educação ambiental para pactuar o comprometimento das famílias em realizar a coleta seletiva e redução de lixo no Território e no planeta.

Queremos que a nossa APITEM possa incidir nas prefeituras de Humaitá e Manicoré para que se realize a coleta pública dos lixos. Queremos que realizem iniciativas e campanhas de sensibilização para a coleta seletiva do lixo.

Também queremos que a APITEM firme parcerias com instituições da sociedade civil, FUNAI e o Prevfogo para realizar campanhas e oficinas de educação ambiental para as famílias do Território e nas escolas, e que seja feita a promoção de projetos familiares sobre compostagem do lixo orgânico.

EDUCAÇÃO

O ensino escolar Indígena traz a possibilidade de que nossos filhos tenham acesso aos novos conhecimentos e tecnologias, mas também tenham as práticas culturais e ancestrais dentro da sala de aula.

Nós, povo Tenharin, sabemos a importância do conhecimento tecnológico e científico, mas temos a necessidade de que estes conhecimentos andem junto ao conhecimento tradicional, como estratégia de manter viva a cultura Kagwahiva–Tenharin.

Os professores Tenharin tem a preocupação de garantir o ensino na língua e os costumes tradicionais nas salas de aula. O processo seletivo para contratação desses profissionais da rede do estado e municípios ocorrem a cada 02 anos, podendo ser prorrogado para ambos.

A maioria dos nossos professores Indígenas não dominam a escrita da língua materna, pois não existe um estudo linguístico para sistematizar as normas gramaticais. No entanto, buscamos resistência e conseguimos manter a língua materna na oralidade. Nas nossas casas nos comunicamos com os nossos familiares na língua – as crianças aprendem falar primeiro na língua Kagwahiva e depois na língua portuguesa.

Nós percebemos que para manter a nossa cultura e os conhecimentos ancestrais e tradicionais é essencial que todos os Tenharin falem a nossa língua. Assim, se faz necessário estabelecer um padrão na ortografia Tenharin com apoio de um linguista para depois multiplicar esse conhecimento nas escolas.

Uma das maneiras de fortalecer o discurso da integração do conhecimento acadêmico com os saberes tradicionais é incorporar a língua materna nas escolas Indígenas como disciplina obrigatória na grade escolar.

O ensino fundamental é atendido pelo governo municipal através das secretarias de educação dos municípios de Humaitá e Manicoré – AM. Dentro dessas secretarias existe uma coordenação escolar Indígena que é coordenada por um Indígena. Já o ensino médio é atendido pelo governo do estado do Amazonas através da Secretaria de Estado e Educação (SEDUC).

Na Terra Indígena temos uma Escola Estadual, chamada Tupajakuí localizada na aldeia Marmelos com uma estrutura de 04 salas de aula e cozinha, atendendo alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do ensino médio. Na aldeia Marmelos existe também a Escola Municipal Indígena Francisco Meirelles, gerida pelo município de Humaitá. A escola municipal possui 06 salas e cozinha, e atende a crianças, jovens e adultos, isto é, todos os anos da educação infantil, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental e a Educação Jovens e Adultos (EJA).



Já na área de abrangência do município de Manicoré 07 escolas municipais estão em nossas aldeias e atendem alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

As escolas municipais e a estadual possuem o calendário escolar diferenciado, fruto da nossa participação e luta. A grade respeita as festividades e a Festa Tradicional, como a semana dos Povos Indígenas e a Festa M'botawa que ocorre no mês de julho. Esse mês de julho é muito importante para nós, pois é o momento que nos reunimos entre nós e outros povos para celebrar e valorizar a cultura e a resistência do povo Kagwahiva.

Essas atividades são essenciais para valorizar a nossa cultura e o nosso modo de organização, pois integram o modo de vida Tenharin. Alguns anciãos são convidados pelos professores para contar histórias, fatos, as etapas da preparação da Festa M'botawa e sobre a cultura Kagwahiva Tenharin. Esses momentos são oportunidades de convivência, de escuta e de troca de conhecimento com os anciãos, nos quais as crianças e jovens podem observar e "fazer junto" na prática, valorizando os mais velhos, seus saberes e suas histórias.

Queremos a regulamentação do calendário das escolas Indígenas Tenharin (calendário diferenciado) e que seja incorporadas no processo seletivo das secretarias de educação dos municípios vagas para especialistas em práticas e conhecimentos tradicionais.

Poucos dos nossos professores possuem curso superior em licenciatura e muitos possuem apenas o ensino médio. Dos professores e professoras que possuem o ensino médio, a maioria participou do programa de formação Pira-yawara realizada pela SEDUC. O programa é dividido em módulos e voltado para formação dos professores Indígenas, ao levar em consideração os conhecimentos acadêmicos e o tradicional. Queremos mais formações como essa, mas não só.

O nosso maior sonho é a regulamentação da categoria dos professores Indígenas e um concurso específico para profissionais Indígenas para educação. Também queremos a implementação de um programa de ensino superior para os professores Indígenas que estão lecionando pela rede Municipal e pelo Estado do Amazonas na Terra Indígena Tenharim Marmelos, em parceria com as universidades na esfera Federal ou Estadual.

As escolas sofrem de limitações com relação ao abastecimento de materiais de consumo e pedagógicos. Além disso, os materiais que são ofertados pelos governos do estado e municípios são os mesmos usados nas cidades, sem oportunidades de escolhas dos professores Indígenas.

Queremos que as coordenações escolares Indígenas, em parceria com instituições de fomento à pesquisa, elaborem materiais didáticos na língua materna para serem usados nas escolas Indígenas!



Algumas escolas municipais e a escola estadual precisam de reformas em suas infraestruturas e estruturas de climatização e de rede elétrica. A maioria não possui quadras esportivas e laboratórios de informática.

Uma maneira de melhorar o rendimento da educação é investir na infraestrutura das escolas Indígenas, com reformas dos estabelecimentos nas aldeias e efetivar a construção de uma escola de ensino estadual pelo município de Manicoré. Investir, também, na construção de laboratórios de informática e de química, biblioteca e quadra de esporte, com qualificação dos professores e técnicos para bom aproveitamento destes espaços. Além da instalação de rede de internet em todos os espaços escolares com intuito de melhorar a pesquisa, o acesso a informação e o trabalho administrativo das escolas.

Nós queremos que a APITEM firme parcerias com instituições de ensino como IFAM, CETAM e SEBRAE para implantar cursos técnicos para o ensino médio na Terra Indígena Tenharim Marmelos. Dessa forma nossos jovens não precisam se transferir para as cidades para se qualificar em busca de conhecimentos e títulos.

A merenda escolar é a mesma oferecida nas cidades, e isso é uma questão que precisamos mudar urgentemente! Todos os produtos e alimentos oferecidos vêm da cidade e ainda não há uma iniciativa de aquisição de produtos da agricultura familiar para a merenda dos nossos filhos. Queremos que a política pública do PNAE se efetive em nosso Território, pois produzimos e coletamos alimentos de qualidade, sem agrotóxico ou geração de lixo.

É necessário que as coordenações escolares Indígenas realizem ações para efetivar a compra de produtos da agricultura familiar e do extrativismo para a merenda escolar nas aldeias, além de elaborar um programa de formação para as merendeiras das escolas com intuito de incorporar os produtos da agricultura familiar no cardápio da merenda escolar e, com isso, garantir renda e segurança alimentar para jovens e crianças Tenharin.

O transporte escolar da rede estadual é realizado por uma Kombi e precisa ser melhorado para atender aos nossos filhos que estudam na escola estadual. Já a rede municipal de Manicoré possui um ônibus que desloca os alunos entre as aldeias, mas precisa de manutenção.

Para uma melhor segurança e conforto no deslocamento das nossas crianças e jovens pela Rodovia Transamazônica, é necessário a aquisição de ônibus e a presença de monitores Indígenas.

JOVENS E CRIANÇAS

Alguns dos nossos jovens estão participando de formações voltadas para a Gestão Territorial e Ambiental, unidos às novas tecnologias e aos conhecimentos tradicionais. Estão sendo formados Agentes Ambientais, Agentes em SIG, Pesquisadoras do Clima e Comunicadores Indígenas para contribuir nas ações de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Tenharim Marmelos.

Os nossos jovens também estão se iniciando no movimento Indígena, participando das mobilizações nacionais como o Acampamento Terra Livre (ATL) e a Marcha das Mulheres Indígenas. Além disso, vêm se sobressaindo politicamente dentro do Território na diretoria da APITEM e no Conselho de Saúde Indígena.

Acreditamos nos nossos jovens. Queremos que seja ampliado o número de vagas nas formações continuadas voltadas para Gestão Territorial e Ambiental e de Direitos para atender mais jovens Tenharin.

Nós somos fortes politicamente e queremos que seja criado um departamento dos jovens da APITEM e um programa de formações sobre Políticas Públicas e defesa dos nossos direitos para os jovens. A nossa ideia é que sejam formadas novas lideranças para lutarem pela garantia dos nossos direitos e do bem viver do nosso povo.

Queremos que a APITEM organize encontros anuais do povo Tenharin Marmelos para que os jovens tenham a possibilidade de trocar experiências com anciãos, mulheres e crianças do Território.

Também valorizamos e vivenciamos a cultura Kagwahiva no nosso dia-a-dia, seja nos lares ou nas escolas do Território. Diante disso, queremos que a APITEM, escolas e os pais estimulem a participação das crianças e dos jovens nas ações culturais da Terra Indígena Tenharim Marmelos.

Nós acreditamos que o esporte tem um papel social importante na formação de uma pessoa e contribui na saúde física e mental dos jovens. Assim, queremos que APITEM articule com as Secretarias de Educação ou dos Povos Indígenas e parceiros, campeonatos interculturais com várias modalidades. Também queremos que busque parcerias com instituições para apoiar os atletas Tenharin. Além disso, queremos que a APITEM, junto aos Conselheiros de Saúde busque campanhas de visita de psicólogos para os jovens e familiares.

Queremos que a APITEM e as lideranças busquem apoio dos governantes, emendas parlamentares e universidades para apoiar os jovens com recursos financeiros, de modo que tenham a oportunidade de continuar sua vida acadêmica. Achamos necessário que seja construída uma casa de apoio para os estudantes da UFAM, da UEA e do IFAM na cidade de Humaitá.



MULHERES

Nossas mulheres estão sendo reconhecidas no Território Tenharim Marmelos e estão assumindo cargos de liderança, como professoras, Agentes de Saúde Indígena, Conselheiras de Saúde, membros da Coordenação da APITEM e são importantes atrizes sociais que contribuem na Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena, por exemplo, as Agentes Ambientais, Agentes em SIG, Pesquisadoras do Clima e Comunicadoras.

Também estão sendo envolvidas nas mobilizações sociais, como o ATL e a Marcha das Mulheres Indígenas. Assim sendo, queremos que a APITEM busque parcerias com instituições para continuar apoiando a participação das mulheres nessas mobilizações nacionais.



Queremos que a APITEM e o Território continuem valorizando a participação das mulheres nas ações e nas incidências dentro e fora da Terra Indígena. Queremos que a APITEM crie um departamento para as mulheres e que atualize, em assembléia, o Estatuto Social, para inserir um parágrafo determinando que é necessário a paridade de gênero na formação da Coordenação.

É importante que as mulheres tenham também uma consciência em participar de reuniões, ações no Território e das mobilizações nacionais quando forem convidadas.

Queremos um espaço na escola para que as alunas e as profissionais possam amamentar seus filhos e que possam deixar em um local seguro e com cuidados enquanto tiverem estudando ou exercendo seus afazeres profissionais.

As mulheres desenvolvem atividades de artesanato, produzindo cestarias e biojoias com cipós e sementes da floresta. Para melhorar a produção e a comercialização desses artesanatos é necessário que a APITEM busque parcerias com instituições para apoiar a sua cadeia produtiva, com insumos, ferramentas e equipamentos. Também são necessárias oficinas para as mulheres sobre boas práticas e sobre as temáticas de mercado e empreendedorismo.

ANCIÃOS

Os nossos anciãos estão sendo valorizados no Território Tenharim Marmelos. São convidados e escutados nas reuniões, nas rodas de conversas e nas escolas, especialmente quando são chamados para falar sobre histórias, cultura e a Festa M'botawa.

Queremos que a APITEM continue buscando parcerias institucionais e de projetos para promover espaços para que os anciãos sejam facilitadores e para que transmitam os conhecimentos tradicionais e ancestrais.

Também queremos apoio para aquisição de ônibus para o deslocamento dos anciãos do Território até a cidade de Humaitá para receberem os benefícios sociais.



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Não temos profissionais da educação qualificados nas escolas do Território para atender as crianças e jovens com deficiência. As estruturas das escolas não estão acessíveis.

Queremos que APITEM incida nas prefeituras de Humaitá e Manicoré e no estado do Amazonas para proporcionar oportunidades aos nossos profissionais de educação para se qualificar sobre o atendimento às pessoas com deficiência. Também queremos que as nossas escolas tenham um espaço adequado e materiais para ajudar o desenvolvimento psicossocial das crianças e jovens com deficiência do Território.

Além disso, queremos que realizem consultas com orientações especializadas para as famílias que tenham alguma criança ou jovem com deficiência. Também achamos interessante realizar campanhas nas aldeias sobre as pessoas com deficiência, e assim, evitar o preconceito na Terra Indígena.

E por fim, queremos que as crianças, jovens e pessoas com deficiência tenham garantia de seus benefícios sociais e a antecipação dos medicamentos que são utilizados nos tratamentos médicos, proporcionando assim, maior qualidade de vida.

COMUNICAÇÃO

A comunicação exerce um papel importante na inclusão social e na democracia. Ela nos permite participar dos debates públicos, endereçar nossos questionamentos para as autoridades do governo, denunciar as ilegalidades que acontecem no nosso Território e promover mudanças positivas dentro e fora da nossa terra. Além disso, a comunicação é uma ferramenta essencial para mostrar para a sociedade que nós estamos organizados e sabemos dos nossos direitos que estão garantidos pela Constituição de 1988 e pela Convenção 169 da OIT.

Somente a aldeia Vila Nova possui internet comunitária devido a concessão de serviço da empresa de internet que passa os cabos na rodovia BR 230, conectando até o distrito do 180. Nas outras aldeias os sinais de internet são particulares e são insuficientes para a comunicação de todo o Território.

Algumas escolas municipais e a Escola Estadual Tupajakuí da TI Tenharim Marmelos possuem internet para os trabalhos dos profissionais de educação e administrativos. Mas gostaríamos que se ampliassem os sinais de internet para escolas que não possuem acesso, e assim, elas teriam condições de realizar suas atividades.

Queremos um sistema de energia solar para os terminais de internet, para que as aldeias e as escolas possam ter comunicação em dias em que falta a energia elétrica.

O trabalho para fortalecer a Gestão Territorial e Ambiental da TI Tenharim Marmelos levou 02 sinais de internet para duas aldeias com o intuito de contribuir com as atividades da APITEM e a integração dos atores sociais que apoiam a gestão ambiental e territorial.

Também queremos fortalecer a APITEM com a instalação de um sistema de internet e energia solar na Sede da organização e nas aldeias que não possuem esse serviço de comunicação.





SIGLAS

AAI – Agentes Ambientais Indígenas

ADAF – Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas

AIS – Agentes Indígena de Saúde

AISAN – Agente Indígena de Saneamento

AM – Amazonas

APIAM – Articulação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas

APITEM – Associação do Povo Indígena Tenharin Morögítá

APITIPRE – Associação do Povo Indígena Tenharin do Igarapé Preto

ATL – Acampamento Terra Livre

CASAI – Casas de Saúde Indígena

CETAM – Centro de Educação Tecnológica do Amazonas

CGLIC – Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental / FUNAI

CI – Componente Indígena

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CIR – Conselho Indígena de Roraima

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

CONDISI – Conselhos Distritais de Saúde Indígena

CR – Coordenação Regional / Funai

CTL – Coordenações Técnicas Locais / FUNAI

DSEI – Distrito de Saúde Especial Indígena

EAD – Educação a Distância

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EJA – Educação para Jovens e Adultos

EPI – Equipamento de Proteção Individual

FEPIAM – Fundação Estadual dos Povos Indígenas de Amazonas

FN – Força Nacional

FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

FPND – Florestas Públicas Não Destinadas

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

GPS – *Global Positioning System*

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil

IFAM – Instituto Federal do Amazonas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas

JUPAÚ – Associação do Povo Indígena Uru-Eu-Wau-Wau

MPF – Ministério Público Federal

MPI – Ministério dos Povos Indígenas

MT – Mato Grosso

NIMC – Núcleo Indígena de Mudança Climática

ODK – Open Data Kit

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

OPAN – Operação Amazônia Nativa

OPIAJ – Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi de Pauini

OPIAJBAM – Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi de Boca do Acre

OPIAM – Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira

PARNA – Parque Nacional

PF – Polícia Federal

PGR – Procuradoria Geral da República

PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNGATI – Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena

PREVFOGO – Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais

PVH – Porto Velho

REED+ – Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal

RJ – Rio de Janeiro

RO – Rondônia

RR – Roraima

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDUC – Secretaria de Educação e Desporto Escolar

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SEMUPI – Secretaria Municipal dos Povos Indígenas

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

SIG – Sistema de Informações Geográficas

SULAM – Sul do Amazonas

TI – Terra Indígena

UBSI – Unidade Básica de Saúde Indígena

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UHE – Usina Hidrelétrica

WWF – *World Wide Fund for Nature*